

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**ADRIANA LEITE RIBEIRO VON RECHBERG LINS**

**A PSICOTERAPIA PARA SKINNER NO LIVRO CIÊNCIA E COMPORTAMENTO  
HUMANO**

**São Paulo**

**2018**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

ADRIANA LEITE RIBEIRO VON RECHBERG LINS

A PSICOTERAPIA PARA SKINNER NO LIVRO CIÊNCIA E COMPORTAMENTO  
HUMANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como exigência parcial para Graduação no  
curso de Psicologia sob orientação do Prof.  
Dr. Denigés Maurel Regis Neto.

**São Paulo**  
**2018**

E que nós sempre tenhamos  
alegria e paz interior

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, agradeço imensamente aos meus pais Miguel e Andrea, por todo apoio, acolhimento e incentivo. Obrigada por fazerem este sonho possível. Vamos com tudo!

À Luana, pela amizade e cumplicidade. Obrigada por todas as vivências e trocas, e pelo suporte emocional e tecnológico que tornaram a minha vida mais reforçadora.

À PUC-SP, por todo desenvolvimento pessoal e profissional que me proporcionou. Por todos os ensinamentos nesses últimos anos, fazendo com que eu pudesse me tornar a pessoa que eu sou hoje. E aos professores, que tanto estimularam o nosso pensamento crítico e despertaram em mim um interesse ainda maior pela Psicologia, e em especial, pela Análise do Comportamento.

Ao meu orientador, Denigés Maurel Regis Neto, sem o qual esse trabalho não teria sido realizável. Obrigada pela dedicação, abertura e compreensão com seus alunos, sendo reforçador e não-punitivo em cada uma de suas orientações.

Área de conhecimento: 7.07.01.01-6 - História, Teorias e Sistemas em Psicologia

Título: A Psicoterapia para Skinner no livro Ciência e Comportamento Humano

Ano: 2018

Orientanda: Adriana Leite Ribeiro Von Rechberg Lins

Orientador: Prof. Dr. Denigés Regis Neto.

## **RESUMO**

Na obra de Skinner “Ciência e Comportamento Humano” de 1953, o autor analisa as agências de controle: governo, economia, educação, religião e psicoterapia. Este trabalho teve como objetivo analisar aspectos relevantes da teorização de Skinner acerca do tema Psicoterapia, presentes nesta obra. Para isso foi realizado um levantamento de trechos nos quais ele aborda o tema através de mecanismos de busca do arquivo em PDF da obra em língua portuguesa da palavra “terap”. A partir dos trechos encontrados foram criadas as seguintes categorias para agrupá-los tematicamente: a Psicoterapia como agência de controle e sua comparação com outras agências de controle; as contingências comportamentais presentes na clínica; debate sobre ficções explicativas e mentalismo, e explicação de conceitos psicanalíticos pela á luz da teoria comportamental. Os resultados mostram que um dos objetivos da terapia, tal como descrito e analisado por Skinner é reverter os resultados da punição exercida pelas outras agências de controle. O campo de atuação da Psicoterapia é voltado, portanto, aos subprodutos gerados pelo controle exercido pelas agências de controle, que são prejudiciais e desvantajosos para o indivíduo controlado e para o contexto social.

**PALAVRAS CHAVE:** Psicoterapia; Análise do Comportamento; Agências de Controle; Skinner.

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b> .....	7
1.1 Skinner e a Análise do Comportamento.....	7
1.2 Sobre a obra <i>Ciência e Comportamento Humano</i> .....	10
1.3 Agências de Controle.....	11
1.4 Psicoterapia como Agência de Controle.....	12
<b>2 Método</b> .....	19
2.1 Material de análise.....	19
2.2 Procedimento.....	19
2.3. Classificação dos parágrafos.....	19
<b>3 Resultados e Discussão</b> .....	24
3.1 Análise global.....	24
3.2 Análise de cada categoria.....	31
3.2.1 Categoria 1. A agência de controle “Psicoterapia” e as outras agências de controle.....	31
3.11 Subcategoria A: As características da Psicoterapia como agência de controle	
3.12 Subcategoria B: <i>As diferentes concepções que a psicoterapia traz com outras agências de controle</i>	
3.13 Subcategoria C: <i>As convergências de aspectos comportamentais comuns com outras agências</i>	
3.14 Subcategoria D: <i>As divergências nas práticas comportamentais entre agências de controle e o problema do controle</i>	
3.2.2 Categoria 2. Contingências comportamentais na clínica.....	37

3.21 Subcategoria A: Diagnóstico, terapia e audiência não-punitiva	
3.22 Subcategoria B: Exemplificações pontuais de conceitos discutidos	
3.33 Subcategoria C: Técnicas terapêuticas	
3.2.3 Categoria 3. Anúncio ou menção do tema psicoterapia.....	44
3.2.4 Categoria 4. Excludente.....	45
3.2.5 Categoria 5. Ficções explicativas, mentalismo e explicação de conceitos psicanalíticos à luz da teoria comportamental.....	45
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>48</b>
<b>Referências.....</b>	<b>51</b>
<b>Anexo 1.....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende falar sobre o tema Psicoterapia na obra Ciência e Comportamento Humano, de Skinner, 1953/2003, procurando contribuir para a discussão a respeito do que o autor traz em sua obra em relação a conceitos e técnicas presentes na clínica e de que forma ele situa a psicoterapia no âmbito da ciência e do comportamento humano e das agências de controle.

Para que isso fosse feito, foi utilizado, principalmente, o capítulo de psicoterapia do livro Ciência e Comportamento Humano como referência, além de outros autores. A busca se concentrou nas citações à respeito de psicoterapia feitas pelo autor, não apenas no capítulo específico sobre psicoterapia, mas ao longo do livro como um todo.

### **1- Skinner e a Análise do comportamento**

#### **Pressupostos filosóficos**

“A Psicologia é uma ciência relativamente nova e apresenta como particularidade abrigar sob seu nome várias abordagens ou linhas teóricas que buscam explicações e soluções para os problemas humanos” (BANACO, 2001, p.1). Muitas dessas abordagens tem como pressuposto filosófico uma visão dualista e interacionista, que considera que o ser humano é composto por duas substâncias que interagem entre si, sendo uma delas material e outra e imaterial. Na filosofia grega antiga acreditava-se que comportamento humano era determinado por um espírito (substância imaterial) que comandava o corpo (substância material). Na Idade Média essa substância imaterial passou a ser chamada de alma e; atualmente, com o surgimento da Psicologia como ciência, passou a ser denominada de Mente, sendo considerada uma substância material que interage e determina o comportamento humano (BANACO, 2001)

O behaviorismo, diferentemente de abordagens dualistas e interacionistas, é considerado uma abordagem monista, que tem como pressuposto inicial o materialismo (BANACO, 2001) Skinner possui uma visão pragmática e buscava explicar cientificamente os fenômenos comportamentais. Para isso, ele desenvolveu

termos e conceitos específicos para sua vertente, o behaviorismo radical, que deu origem á ciência intitulada Análise do Comportamento. Essa vertente procura estudar as relações entre o comportamento e suas variáveis controladoras (MOREIRA, 2013)

### **Behaviorismo Radical**

O behaviorismo radical é a proposta de Skinner, e teve sua origem no behaviorismo metodológico de Watson (BANACO, 2001). O behaviorismo metodológico nega o status científico da mente, pois afirma que esta é inacessível e que portanto, não podemos estudá-la, não negando sua existência. Já o behaviorismo radical aceita estudar eventos internos, mas nega a existência da mente e de semelhantes (MATOS, 1993).

Banaco (2001) e Sampaio (2005) explicam que a teoria selecionista propõe o comportamento como objeto de estudo da ciência do comportamento humano, o considerando resultado da inter-relação entre as variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais, que podem ser descritas pelas ciências naturais, sendo que as variáveis:

- Filogenéticas seriam relativas a história da espécie, decorrentes da variação genética dos indivíduos e da seleção exercida sobre eles pelas mudanças ambientais.
- Ontogenéticas seriam relativas a história de vida do indivíduo, decorrente da variação de comportamento e de sua seleção. Permanecendo no repertório do indivíduo os comportamentos que forem reforçados, os que não forem terão uma tendência a desaparecer.
- Culturais seriam relativas à sociedade, decorrentes da prática do grupo social e da inserção do comportamento verbal na espécie humana. Possuindo os mesmos processos de variação e seleção, considerando o comportamento dos indivíduos em relação entre si, e/ou juntos em relação aos aspectos ambientais.

## **Análise do comportamento**

A partir dessa corrente filosófica, surge a “Análise Experimental do Comportamento” que pretende investigar os controles do comportamento, alinhando a Psicologia às Ciências Naturais (BANACO, 2001).

A relação entre variáveis controladoras e comportamento é investigado pela Análise do Comportamento. Essas variáveis podem ser explicadas a partir de dois paradigmas, o respondente e o operante:

O paradigma respondente se refere “(...) à contingência na qual o controle do comportamento ocorre por meio de um estímulo antecedente, representado por S->R.” (MOREIRA, 2013, p. 7). Esse conceito se originou das pesquisas de Pavlov e de Watson sobre reflexo condicionado. O paradigma operante surgiu com a proposta de explicar a variabilidade comportamental que o respondente não explicava. Ele acrescenta o estímulo consequente, afirmando que este tem principal controle sobre a emissão do comportamento, formando uma contingência de três termos representada por S - R -> S (MOREIRA, 2013)

Os estímulos consequentes à resposta podem ser categorizados como reforçadores ou punidores, sendo que os reforçadores aumentam a frequência da resposta e os punidores a diminuem (MOREIRA, 2013)

Em seus primeiros trabalhos Skinner buscou, a partir do conceito de reflexo, realizar uma análise científica do comportamento. Possuindo o reflexo como objeto de estudo, ele poderia observar e controlar as variáveis ambientais que determinavam o comportamento e, em cima disso, elaborar previsões. Após inicialmente investigar os reflexos, Skinner passou a estudar o comportamento operante, verbal, social e as práticas culturais, com base numa perspectiva seletiva e na multideterminação do comportamento humano (SAMPAIO, 2005).

A ciência do comportamento proposta por Skinner se propõe, principalmente, a uma utilização prática, e não apenas teórica, se propondo atuar na resolução da maioria dos grandes problemas com os quais a nossa cultura convive, promovendo a sobrevivência da cultura (SAMPAIO, 2005)

Skinner trouxe contribuições fundamentais para a prática clínica, a partir de décadas de pesquisa (MOREIRA, 2013). Para Skinner, a função da psicologia consiste em “(..) explicar o comportamento humano a partir de onde paravam as

explicações fisiológicas e ir até, inclusive, a explicação do comportamento de grupo, passando pelo comportamento individual” (Castro, 2007, p. 11 e 12).

Esta ciência pode ser vista como um conjunto de atitudes que buscam a investigação do comportamento humano, que podem ser resumidas em três pontos principais: ênfase nos dados e nos fatos, revelando uma preferência pela experimentação, pois com ela se buscaria o controle e a simplificação das condições envolvidas; honestidade intelectual; e cautela ao estabelecer conclusões (SAMPAIO, 2005). A análise comportamental com frequência é mal entendida a respeito de seus objetivos e métodos. Essa confusão teórica surge do fato de diferentes correntes behavioristas, em diversos contextos, estarem relacionadas a expressão “Terapia Comportamental” (MOREIRA, 2013).

## **2 - Sobre a obra *Ciência e Comportamento Humano***

O livro *Ciência e Comportamento Humano* foi lançado pela primeira vez em 1953. Em sua 11ª edição, do ano de 2003, na parte em que se apresenta a edição brasileira, Skinner logo enfatiza a importância de existir uma ciência e um conhecimento útil à respeito do comportamento (SKINNER, 1953/2003). Skinner argumenta que a ciência teria potencial e deveria ser utilizada para corrigir os problemas humanos. Ele justifica o uso da ciência do comportamento visando os resultados práticos para a sociedade, por isso, enfatizando a predição e o controle (SAMPAIO, 2005).

No primeiro capítulo da obra, Skinner afirma que os objetivos da ciência, como uma atividade que busca descobrir a ordem no mundo, seriam a descrição, a previsão e o controle. Para o autor, a ciência procura resultados tangíveis e imediatos, buscando um agir mais eficiente no mundo. Essa visão pragmática se utiliza do conceito de “relação funcional”, abandonando o conceito de “relação de causa e efeito” (SAMPAIO, 2005)

Skinner (1953), nesta sua obra, fala sobre as agências de controle: governo, religião, psicoterapia, economia e educação, com o objetivo de discutir as diferentes concepções de indivíduo que se comporta nesses campos. O primeiro ponto referente a isso que o autor apresenta é o fato de não considerar satisfatória as teorias do comportamento humano existentes em cada campo, afirmando que

cada concepção é usada apenas para explicar os fatos separadamente e se baseando em um conjunto de fatos particulares. Assim “A concepção desenvolvida em um campo raramente se aplica, e nunca eficientemente, a outro.” (SKINNER, 1953/2003, p. 364). A solução proposta pelo autor, que oferece uma concepção básica que poderia ser utilizada em cada um desses campos, é uma análise funcional do comportamento. Essa proposta forneceria uma concepção comum a todos os campos, com um estudo científico do indivíduo em condições de observação adequadas. Assim seria possível observar o efeito da cultura total que atua sobre o indivíduo, considerando a ação das agências controladoras que agem juntamente com os aspectos do ambiente social (SKINNER, 1953/2003).

Ao discutir as agências de controle, são observados, principalmente, certos tipos de poder, práticas controladoras e variáveis que afetam o comportamento humano. Para isso é necessário analisar os processos básicos, classificar as variáveis controladoras e analisar a interação de indivíduos em um sistema social (SKINNER, 1953/2003)

### **3 - Agências de Controle**

De acordo com Moreira (2013) e Skinner (1953), o grupo é composto pela família, amigos e pessoas com as quais o indivíduo convive; e se revela extremamente poderoso através de seu poder de reforçar ou punir, exercendo controle sobre cada um de seus membros. Esse poder surge a partir da importância e do número de pessoas na vida de cada um dos indivíduos do grupo. O grupo tende a não ter seus procedimentos consistentes, exercendo o controle de forma desorganizada. Porém, além do grupo existem certas agências de controle, que exercem o controle manipulando variáveis, de forma mais organizada sobre os indivíduos e grupos. A Análise do Comportamento, ao se referir a esse tema, possui como objetivo inicial explicar como e porque as agências de controle possuem esse poder de controle sobre os indivíduos (MOREIRA, 2013)

Banaco (2001) fala sobre a importância de regras de convivência para a sobrevivência das culturas. Quanto mais próxima a consequência da resposta, mais efetiva ela se torna, e assim, somos mais controlados pelas consequências imediatas do que pelas que vem após longo prazo. A cultura se comunica e cria

regras para que possa trazer as consequências atrasadas das ações para mais perto da ação, para que assim possa controlar mais fortemente as ações do que as consequências imediatas. Dessa forma, o indivíduo vai adquirindo repertório de “autocontrole” e passa a lidar com as consequências conflitantes entre suas contingências culturais, ontogenéticas e filogenéticas.

Uma das regras básicas para se conviver em grupo é a de que o comportamento do indivíduo deve ser mais controlado pelo benefício do grupo do que pelos benefícios próprios. Para promover a vida em grupo e fazer com que os indivíduos sigam as regras, as culturas desenvolveram as agências de controle; e para que isso seja feito, essas agências utilizam várias formas de controle comportamental, sendo uma delas a punição.

A punição gera uma série de consequências desvantajosas como comportamento de fuga e esquiva, contracontrole, e reações emocionais negativas e intensas (tais consequências serão exemplificadas em breve, no tópico “os efeitos do controle: subprodutos”). A Psicoterapia foi criada como resultante desse controle punitivo exercido por outras agências, para que lidasse com os efeitos nocivos da punição (SKINNER, 1953; BANACO, 2001)

Segundo Martins (2013), é existente uma dificuldade em se definir controle aversivo nos livros de análise do comportamento em geral. Skinner, de modo geral, se opõe à utilização do uso de controle aversivo. A autora afirma que esse posicionamento se dá pela constatação de que a punição “(...) envolve técnicas comportamentais ineficazes a longo prazo e que produzem subprodutos indesejáveis.” (MARTINS, 2013, p. 14)

#### **4 - Psicoterapia como Agência de Controle**

A psicoterapia possui como tema central o comportamento dos organismos, ela busca entender de que forma ele é adquirido, modelado e eliminado conforme suas interações com o ambiente e modificá-lo. Ao falar sobre a análise funcional do comportamento “(...) Skinner afirma que a descoberta de como variáveis ambientais controlam o comportamento pode substituir explicações mentalistas e explicações fisiológicas inferidas.” (FERSTER, 1979/2007, p.121) As abordagens comportamentais se opuseram à concepção de vida mental, contribuindo com uma

linguagem sobre a conduta humana. Linguagem na qual uma análise funcional do comportamento operante permite que o conhecimento encoberto seja convertido em termos objetivos (FERSTER, 1979/2007)

Ao definir Psicoterapia, Skinner (1953) explica que se trata de uma profissão, com procedimentos mais ou menos padronizados; e não de uma agência de controle organizada, como são o governo e a religião. A Psicoterapia é uma grande fonte de controle na vida de muitas pessoas e deve ser discutida para além da eficácia em casos clínicos individuais, considerando suas possíveis implicações socioculturais (MOREIRA, 2013)

Segundo Banaco (2001) “A psicoterapia tem como objetivo reverter os resultados da punição empregada pelas outras agências controladoras como método de controlar comportamentos.” (BANACO, 2001, p.5) Para que isso seja feito, é necessário uma audiência não punitiva, ou seja, o terapeuta não deve punir qualquer tipo de comportamento que possa ser revelado. A psicoterapia tem como objetivo eliminar os efeitos da punição social, e assim, dificilmente irá contra a ética vigente, pois não promoveria comportamentos passíveis de serem punidos. O papel da Psicoterapia portanto seria gerar no paciente um repertório de comportamentos desejáveis e aceitos socialmente. O que significa promover comportamentos que gerem gratificações pessoais sem que estes sejam punidos de acordo com as normas grupais, não necessariamente se adequando ao “status quo” social (BANACO, 2001)

A Psicoterapia é responsável pelos subprodutos que o controle que as outras agências exercem, geram no indivíduo, que incapacitam ou que são perigosos para o próprio indivíduo ou para outras pessoas. Esse subprodutos se encontram no campo das emoções e do comportamento operante (MOREIRA, 2013)

### **Os efeitos do controle: Subprodutos**

O controle exercido pelo grupo e pelas agências de controle é exercido para que se restrinja o comportamento egoísta primariamente reforçado no indivíduo. Porém, onde o controle for excessivo ou inconsistente, serão gerados certos subprodutos que são prejudiciais e não vantajosos tanto para o indivíduo quanto para o grupo (SKINNER, 1953/2003).

Tais subprodutos são denominados de fuga, revolta e resistência passiva. A fuga ocorre quando o indivíduo foge do controlador, quando por exemplo, o eremita se retira fisicamente do controle do grupo ético. A revolta ocorre quando o indivíduo contra ataca o agente controlador, como por exemplo, na reforma protestante contra o controle exercido por uma agência religiosa. A resistência passiva ocorre quando o indivíduo não se comporta de acordo com os procedimentos controladores, o que muitas vezes acontece quando os esforços de fugir e de se revoltar foram extintos. Como por exemplo, quando um animal é chicoteado, e não obtendo sucesso ao evitar ou se revoltar, para de responder à estimulação aversiva (SKINNER, 1953/2003)

As agências podem se preparar para enfrentar esses problemas antecipadamente, considerando esses comportamentos como errados, ilegais ou pecaminosos e punindo-os. E dessa forma, gera auto-estimulação aversiva no indivíduo quando surgir qualquer tendência para fugir, se revoltar ou fazer greve. Porém, a longo prazo, a intensificação do controle aversivo não resolve o problema e pode aumentar a dificuldade. A restrição falha, pois não é capaz de controlar muitos dos tipos de reação emocional e de planejamento de fuga ou revolta em comportamentos encoberto (SKINNER, 1953/2003)

Constituem o campo da psicoterapia os subprodutos do controle que são perigosos ou que incapacitam o indivíduo. A psicoterapia lida com subprodutos emocionais e do comportamento operante que são gerados a partir de efeitos de comportamentos (SKINNER, 1953/2003)

### **Subprodutos emocionais do controle**

Entre os subprodutos existentes, são destacados: medo; ansiedade; ira e raiva; e depressão (SKINNER, 1953/2003)

O medo é gerado pelo mesmo procedimento de controle que leva o indivíduo a fugir. As respostas reflexas são eliciadas pelo estímulo aversivo usado na punição e por outros estímulos presentes naquele momento. Na presença do medo, ocorre uma grande mudança no comportamento operante, os comportamentos em geral tem suas chances de emissão enfraquecidas e há um aumento na

probabilidade de emissão comportamentos de fuga. Devido ao pareamento entre o estímulo aversivo e outro estímulo presente, quando os estímulos são fornecidos pelo agente punitivo, este agente evoca um medo excessivo; quando se originam de uma ocasião, essas ocasiões geram medo excessivo; quando o próprio comportamento punido gera os estímulos aversivos, o indivíduo fica com medo de agir. Frequentemente é difícil saber qual é a estimulação responsável pelo padrão emocional (SKINNER, 1953/2003)

“As fobias representam reações de medo excessivas a circunstâncias que nem sempre estão claramente associadas com o controle.” (SKINNER 1953/2003, p. 394) Elas, as fobias, são consideradas respostas a punição em que o controle excessivo gerou um medo que foi deslocado.

A ansiedade costuma estar acompanhada da evitação ou da fuga. Estímulos específicos que precederam eventos de punição ou que estavam presentes nesse momento, podem originar o medo de um evento futuro. A condição de ansiedade inclui mudanças tanto no comportamento operante como nas respostas reflexas, e possui variação de intensidade. Quando chamamos essa condição de vergonha, culpa ou sentimento de pecado é porque ela se deve aos procedimentos controladores (SKINNER, 1953/2003)

A ira e a raiva estão relacionadas com a revolta e são um padrão emocional que inclui as respostas reflexas e o comportamento operante. Gerando um aumento da probabilidade de agir agressivamente contra o agente controlador e uma diminuição na probabilidade da emissão de outros comportamentos no geral. Mau temperamento e sadismo são exemplos dessa emoção, em relação ao agente controlador, deslocada para outras pessoas ou coisas em geral.

Já depressão está relacionada com a resistência passiva. Em que uma situação é desfavorável a ação e nada pode ser feito, seja por restrição física do grupo ou agência controladora, ou por auto-restrição (SKINNER, 1953/2003)

Esses padrões emocionais podem ser gerados por eventos aversivos que não estão relacionados com controle do indivíduo feito pelo grupo ou pelas agências controladoras, porém na grande maioria dessas circunstâncias eles estão; e podem gerar sérias consequências. Ao falar sobre os padrões produtivos de comportamento, Skinner afirma que estes ficam “(...) distorcidos por fortes

predisposições emocionais, e o comportamento operante, que tem a sua probabilidade de emissão aumentada na emoção, pode ter consequências desastrosas.” (SKINNER 1953/2003, p.395). Respostas emocionais frequentes podem prejudicar a saúde do indivíduo, por vezes essas doenças são chamadas de psicossomáticas. Um distúrbio médico pode ser causado por um estado emocional, como quando uma resposta reflexa passa a ser condicionada e isso produz uma mudança estrutural no corpo. Porém, “(...) tanto a causa quanto o efeito são somáticos, e não psíquicos.” pois a doença não é gerada por um efeito da mente sobre o corpo (SKINNER 1953/2003, p. 395).

### **Subprodutos do controle sobre o comportamento operante**

Segundo Skinner (1953), quando o indivíduo descobre meios de evitar a auto estimulação aversiva, que se mostra ineficaz, incômoda ou perigosa, o processo de autocontrole fracassa. Alguns efeitos do controle através da punição sobre o comportamento operante são: vício em drogas como forma de fuga, comportamento excessivamente vigoroso, comportamento excessivamente restrito, controle por estímulos deficiente, autoconhecimento deficiente e auto estimulação aversiva.

O uso da droga pode ser explicado, com frequência, por seus efeitos sobre as consequências da punição. “Certas drogas provêm de uma fuga temporária da estimulação aversiva condicionada ou incondicionada bem como de respostas emocionais acompanhantes.” (SKINNER 1953/2003, p. 396). O indivíduo que age de forma punida anteriormente, e que assim se sente culpado ou envergonhado, é reforçado quando bebe álcool pois suprime os estímulos aversivos autogerados (SKINNER, 1953/2003).

No comportamento excessivamente vigoroso o comportamento repentinamente mostra um aumento muito grande na probabilidade de emissão, sem variáveis presentes que expliquem essa ocorrência. Às vezes uma história anterior de controle pode explicá-lo, por exemplo quando é impossível emitir uma fuga efetiva e a condição aversiva evoca um comportamento ineficiente e sem objetivo. O “nervosismo” é um exemplo de situação de comportamento excessivamente vigoroso, em que o indivíduo fica inquieto embora seu

comportamento não possa ser explicado pelas suas consequências atuais (SKINNER, 1953/2003).

Uma situação que mostra porque esse comportamento é reforçador é quando ele fornece fuga e assim gera “ (...) estímulos que envolvem reações incompatíveis com o subprodutos emocionais da punição.” (SKINNER 1953/2003, p. 397). Dessa forma, ao “procurar emoções”, a pessoa é exposta a estímulos que evocam respostas incompatíveis com a estimulação aversiva.

O comportamento excessivamente restrito pode ser visto quando eventos aversivos são usados no controle. Uma punição repetida pode fazer com que uma pessoa fique parcialmente restrita, como no caso de torná-la inibida ou tímida; ou completamente restrita, como no caso de uma pessoa que por ter sido excessivamente punida por falar, para de falar inteiramente de forma que nenhum controle, nem mesmo aversivo, seja capaz de gerar o comportamento verbal (SKINNER, 1953/2003).

No controle por estímulos deficiente, o indivíduo pode emitir respostas discriminativas deficientes ou inexatas. Isso ocorre quando uma agência de controle ou o ambiente físico, pune severamente o comportamento. Um exemplo disso é quando uma criança, na presença de um pai implicante, emite algum outro comportamento que não seja prestar atenção, e obtendo tanto sucesso ao evitar a estimulação aversiva pode desenvolver uma completa surdez “funcional” (SKINNER, 1953/2003).

Nos casos de autoconhecimento deficiente, o indivíduo “(...) pode reagir deficientemente aos estímulos gerados pelo seu próprio comportamento.” (SKINNER 1953/2003, p. 399). Arrogância por exemplo, pode se caracterizar como um modo de fugir da estimulação aversiva. Se gabando por algo, como por exemplo realizações, no momento em que falhou, ou seja, não foi competente, evita-se os efeitos da punição, disfarçando eficientemente a auto estimulação aversiva (SKINNER, 1953/2003).

A auto estimulação aversiva ocorre quando o indivíduo se priva de reforçadores positivos ou arranja contingências para que isso ocorra; o indivíduo também pode apresentar estímulos aversivos para si mesmo ou arranjar contingências para que outros o façam. Auto estimulação aversiva pode ser

explicada, quando dessa forma, o indivíduo evita consequências ainda mais aversivas. Como por exemplo no caso da religião, a confissão é feita porque ela é menos aversiva do que manter um sentimento de culpa. Outra explicação possível é quando o “(...) processo de condicionamento respondente foi eficaz na direção errada.” (SKINNER, 1953/2003, p. 400) e assim os estímulos aversivos ficaram emparelhadas com os estímulos reforçadores, gerando uma auto estimulação "masoquista" (SKINNER, 1953/2003).

Considerando essas informações à respeito da discussão que Skinner faz sobre Psicoterapia no capítulo específico sobre o tema, podemos constatar que a Psicoterapia é uma agência de controle que lida com os subprodutos gerados por outras agências de controle e quais são esses subprodutos. A partir disso, faremos um levantamento para identificar quais outras discussões e análises são realizadas por ele ao longo da obra *Ciência e Comportamento Humano*.

## MÉTODO

### Material de análise

Utilizou-se a versão em PDF da obra *Ciência e Comportamento Humano*, de B.F. Skinner, 1953/2003. Para realizar a pesquisa, utilizou-se o mecanismo de busca de palavras disponível no programa Adobe Reader® no arquivo em PDF. Esta ferramenta permite a busca de letras, sílabas, palavras ou partes de palavras que se encontram no arquivo eletrônico PDF. Os resultados da busca são identificados um a um por um rastreamento do arquivo. O modo de apresentação dos resultados da busca permite a identificação precisa da localização de cada elemento da busca.

### Procedimento de busca

Com o uso do programa Adobe Reader® foram rastreadas todas as palavras que continham o radical “*terap*”, tal radical permitiu encontrar todas as variações do termo terapia em português.

Considerando o objetivo de identificar todas as implicações do conceito de terapia ao longo da obra, a busca foi realizada em todos os capítulos. Foram então selecionados todos os parágrafos os quais continham qualquer palavra derivada da raiz “*terap*”. Todo conteúdo que não se caracterizava como parte de parágrafos (por exemplo: sumário, prefácio, títulos e subtítulo de capítulo) foram considerados irrelevantes para análise e incluídos na categoria 4. Feito isso, realizou-se a classificação dos parágrafos de acordo com os critérios a seguir.

### Procedimento de análise: Classificação dos Parágrafos

Os parágrafos encontrados, totalizando 73, foram classificados em cinco grandes categorias (1- A agência de controle “Psicoterapia” e as outras agências de controle; 2- Contingências comportamentais na clínica; 3- Anúncio ou menção do tema psicoterapia; 4- Excludente; 5- Ficções explicativas, mentalismo e explicação de conceitos psicanalíticos pela á luz da teoria comportamental) com suas respectivas subcategorias, para que uma análise mais detalhada fosse feita.

Cada parágrafo foi colocado em apenas uma categoria, conforme a predominância do tema abordado; com exceção do parágrafo 6 que foi subdividido em duas partes, pois aborda dois temas principais de análise e foi considerado relevante pela pesquisadora abordá-lo em categorias diferentes.

### **Categoria 1: A agência de controle “Psicoterapia” e as outras agências de controle**

#### **a) Subcategoria A: As características da Psicoterapia como agência de controle**

Este grupo engloba parágrafos que falavam da psicoterapia, em si, como agência de controle: o que constitui seu campo; os tipos de efeitos comportamentais com os quais essa agência lida; a psicoterapia como profissão; e os reforçadores disponíveis na terapia para o terapeuta. Esses parágrafos são, respectivamente: 29, 31, 32 e 59.

#### **b) Subcategoria B: As diferentes concepções que a psicoterapia traz com outras agências de controle**

Este grupo engloba parágrafos que faziam uma comparação entre as agências de controle, realçando suas diferenças em relação à: concepções sobre o indivíduo; concepções de comportamento humano; modos de operar conflitos; e a proposta de uma análise funcional, que traria uma concepção comum a todos os campos. Esses parágrafos são, respectivamente: 4, 16, 24, 25 e 65.

#### **c) Subcategoria C: As convergências de aspectos comportamentais comuns com outras agências**

Este grupo engloba parágrafos que faziam uma comparação entre as agências de controle, realçando suas semelhanças. Como por exemplo, todas as agências: manipulam condições que afetam os indivíduos; têm seus paralelos no princípio dos máximos e dos mínimos; devem fornecer reforçamento positivo em abundância; se auxiliam; manipulam o ambiente social; consideram o bem-estar e a

dignidade do indivíduo. Esses parágrafos são, respectivamente: 20, 61, 63, 64, 66, 67, e 75.

**d) Subcategoria D: As divergências nas práticas comportamentais entre agências de controle e o problema do controle**

Este grupo engloba parágrafos que faziam uma comparação entre as agências de controle, predominantemente, realçando suas relações de controle e apontando os conflitos existentes entre elas. Como por exemplo: a existência da relação de controle entre terapeuta e paciente; a oposição entre a psicoterapia e outras agências de controle; o contracontrole exercido; o fornecimento de controle adicional quando uma das agências falha; o uso do controle para favorecer o interesse daqueles que o possuem; a rejeição da oportunidade para controlar; soluções propostas para resolver o problema do controle.–Esses parágrafos são, respectivamente: 21, 26, 43, 44, 54, 60, 62, 70, 71, 72, 73 e 74.

**Categoria 2: Contingências comportamentais na clínica**

**Critério de inclusão:** Foram colocados nessa categoria parágrafos que abordavam os estímulos reforçadores disponíveis para o terapeuta; que reconheciam a existência de uma relação de controle entre o terapeuta e o paciente constituindo contingências da clínica; ou que explicavam comportamentalmente a atuação do terapeuta na clínica.

**a) Subcategoria A: Diagnóstico, terapia e audiência não-punitiva**

Este grupo engloba parágrafos que falam sobre diagnóstico, terapia e audiência não-punitiva no contexto clínico. Como por exemplo: funções do diagnóstico e da análise funcional; como se dá o poder inicial do terapeuta; o terapeuta como fonte de reforço; a técnica da audiência não-punitiva; e a extinção de alguns efeitos da punição. Esses parágrafos são, respectivamente: 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41.

### **b) Subcategoria B: Exemplificações pontuais de conceitos discutidos**

Este grupo engloba parágrafos que abordam exemplificações pontuais dos conceitos discutidos. Como por exemplo: levantamento dos eventos que reforçam um dado indivíduo; reforçadores condicionados; generalização de respostas; aplicação de técnicas construtivas; e conexões entre aspectos do ambiente e o efeito sobre o comportamento humano. Esses parágrafos são, respectivamente: 7, 8, 9, 57 e 68.

### **c) Subcategoria C: Técnicas terapêuticas**

Este grupo engloba parágrafos que abordam diversos tipos de técnicas terapêuticas. Como por exemplo: eliminar respostas condicionadas; restaurar um comportamento que se perdeu através da extinção; intervir nas circunstâncias em que a ansiedade ocorre; utilizar a saciação como procedimento clínico; analisar a fuga, a evitação e a ansiedade; e instalar novos repertórios, como o de autocontrole e o de auto-conhecimento. Esses parágrafos são, respectivamente: 5, 6 (parte 1), 10, 13, 14, 17, 19, 45, 55 e 56.

### **Categoria 3: Anúncio ou menção do tema psicoterapia**

Este grupo engloba parágrafos que citavam superficialmente conceitos, alegando que estes seriam abordados com mais profundidade no capítulo XXIV (psicoterapia) ou na quinta seção como um todo. Esses parágrafos são, respectivamente: 3, 11, 12, 15, 18, 22 e 23.

### **Categoria 4: Excludente**

Foram desconsiderados nesta parte da análise as palavras com o radical *terap* que apareceram como título ou subtítulo de capítulo ao longo do livro. Esses parágrafos são, 28, 30, 42, 53 e 58, respectivamente: Título do capítulo: Psicoterapia. Subtítulos: psicoterapia como agência controladora; psicoterapia versus controle religioso e governamental; outras técnicas terapêuticas; explicação da agência psicoterapêutica.

**Categoria 5: Ficções explicativas, mentalismo e explicação de conceitos psicanalíticos à luz da teoria comportamental**

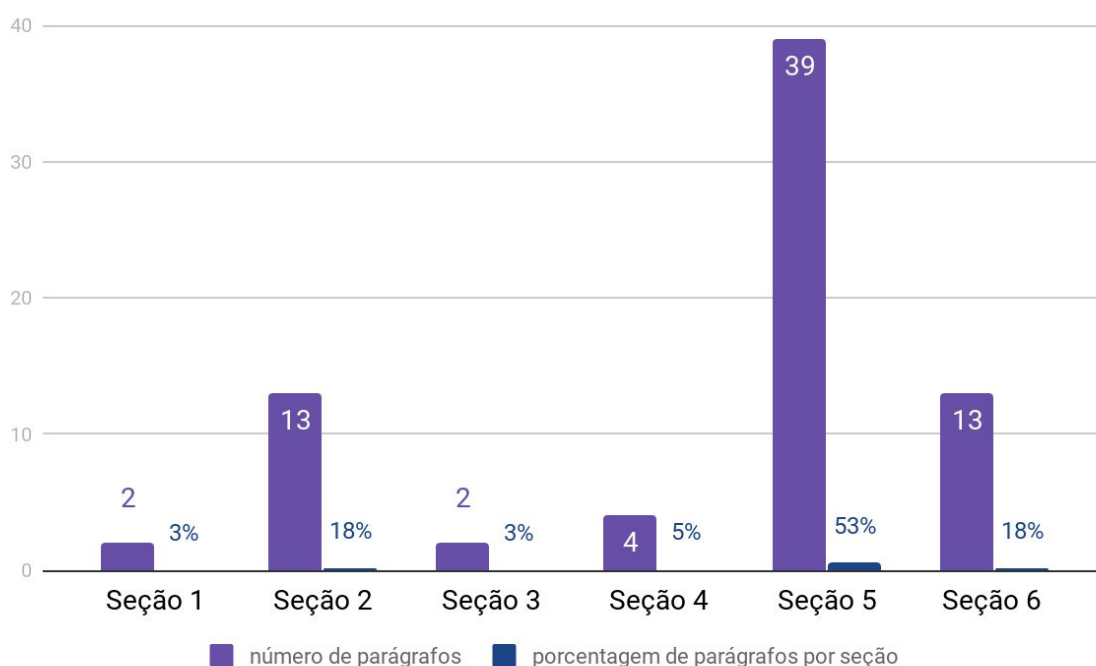
Este grupo engloba parágrafos que falam sobre como as concepções de terapia, objeto de estudo e a base para se explicar os comportamentos, se diferem na análise do comportamento e na psicanálise freudiana. Esses parágrafos são, respectivamente: 6 (parte 2), 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 69.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### ANÁLISE GLOBAL

Foram encontradas 152 palavras com radical *terap* contidas em 73 parágrafos e títulos/subtítulos de capítulos (levando em consideração a presença de mais de uma palavra relacionada à terapia em um mesmo parágrafo). Tais parágrafos se encontram no **anexo 1** e foram numerados de 3 a 75 (para que fosse mais fácil localizá-los a partir de uma primeira planilha feita no Excel, antes deles serem passados para o Word.) Tais numerações serão utilizadas para referir aos parágrafos durante a apresentação dos dados e da discussão para auxiliar o leitor na identificação dos parágrafos específicos aos quais cada análise se refere. Assim, sempre que a numeração de um parágrafo for referida ele poderá ser encontrado nos anexos.

A distribuição desses parágrafos ao longo do livro *Ciência e Comportamento Humano* de Skinner (1953/2003) está representada na figura abaixo.



*Figura 1* – Totais e porcentagens dos parágrafos que contêm palavras com o radical “terap” em relação às seções do livro *Ciência e Comportamento Humano*.

O título das seções são, respectivamente: (1) A possibilidade de uma ciência do comportamento humano; (2) A análise do comportamento; (3) O indivíduo como um todo; (4) O comportamento de pessoas em grupo; (5) Agências de controle; (6) O controle do comportamento humano.

Os resultados mostram que 53% dos parágrafos estão dentro da seção 5 *Agências de controle*, na qual está localizado o capítulo *Psicoterapia*, XXIV, que contém 45% dos parágrafos como um todo (considerando os 5 parágrafos categorizados como excludentes - títulos e subtítulos).

Observa-se também que a grande parte dos parágrafos, 71%, estão situados na quinta (53%) e na sexta seção (18%). Skinner ao falar sobre como a análise dos dados será feita, afirma que o plano do livro é ir do simples ao complexo em sua ordem de seções e relata que “A seção V {Agências de controle} analisa várias técnicas através das quais o comportamento humano é controlado pelo governo, pela religião, pela psicoterapia, pela economia, e pela educação(...)” (p. 42) e que “A seção VI {O controle do comportamento humano} examina a cultura total como ambiente social, e discute de um modo geral o problema do controle do comportamento humano.” (p. 42)

Na figura 2 pode-se observar a quantidade de palavras, em porcentagem, que possuem o radical *terap* encontradas ao longo do livro *Ciência e Comportamento Humano* de Skinner (1953/2003). Observa-se que as palavras encontradas são variações, de gênero e número, das palavras: terapia, terapeuta e terapêutico; visto que não foi encontrada diferença de contexto no uso dessas palavras com o sufixo *psico*. A palavra *terapêutica*, e suas derivações, foi utilizada após as palavras *tentativa*, *processo*, *técnicas*, *experiência*, *agência*, e *procedimento*.

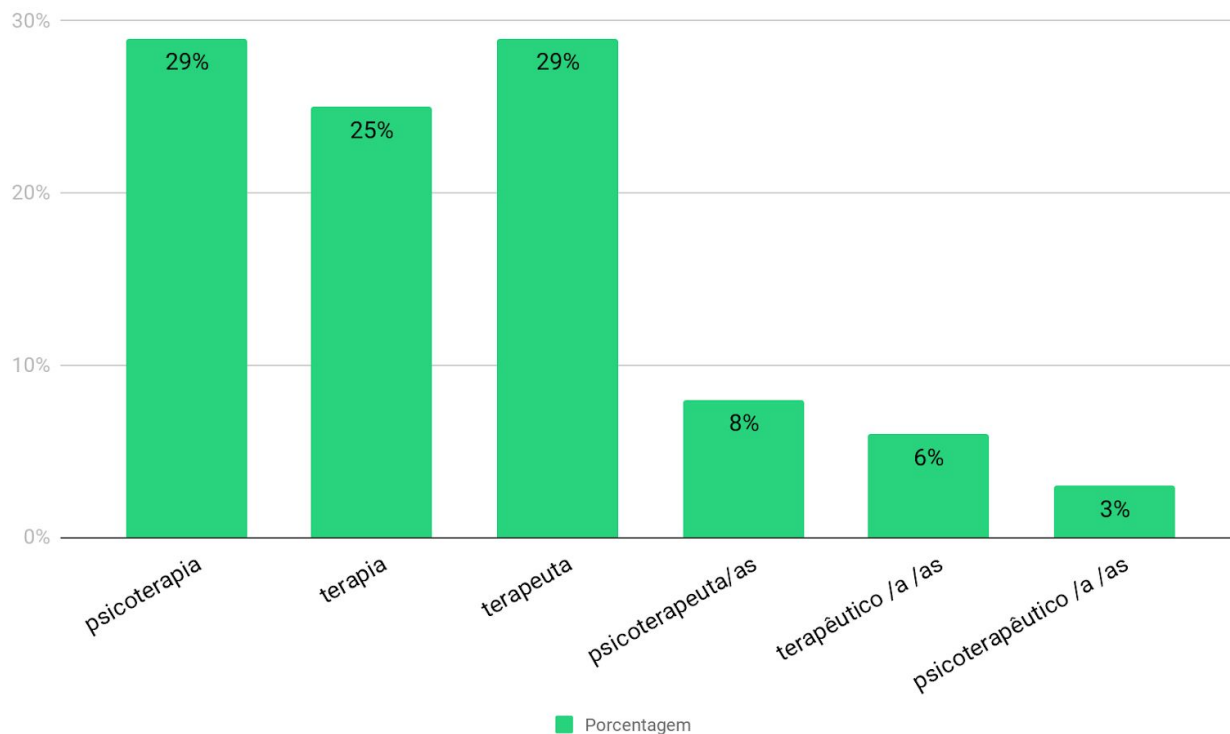


Figura 2 – Quantidade em porcentagem de cada uma das palavras encontradas com o radical "terap"

A distribuição dos parágrafos, em porcentagem, por categoria, ao longo do livro *Ciência e Comportamento Humano* de Skinner (1953/2003), divididos está representada na Figura 3, abaixo.

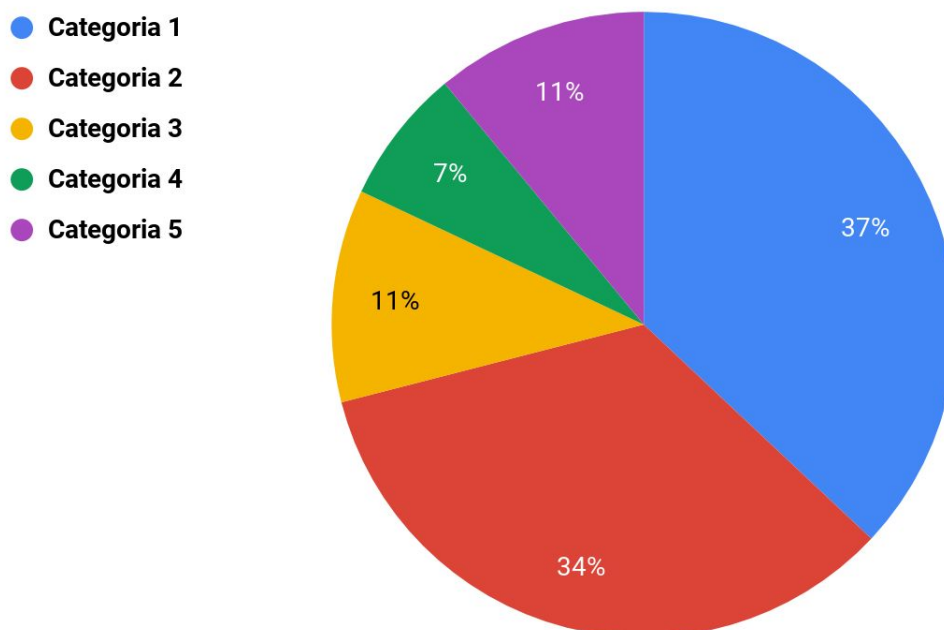


Figura 3 – Porcentagem de parágrafos por Categoria

Observa-se a partir da figura 3 que os temas predominantes encontrados nos parágrafos analisados se referem à Categoria 1, 37%, (A Agência de Controle “Psicoterapia” e outras agências de controle) e a Categoria 2, 34%, (Contingências Comportamentais na clínica), totalizando 71%. Em seguida encontra-se a Categoria 5 (Ficções explicativas, mentalismo e explicação de conceitos psicanalíticos à luz da teoria comportamental) e a Categoria 3 (Anúncio ou menção do tema psicoterapia), ambas com 11% cada, totalizando 22%. Observa-se também que a Categoria 4, que se refere a títulos e subtítulos contendo palavras com o radical *terap*, está presente em 7% das vezes em que o autor menciona palavras referentes a terapia.

A partir de uma análise mais detalhada em relação à Categoria 1, podemos ver, a partir da figura 4, como os parágrafos se dividem entre as subcategorias. Observa-se que a maior parte do conteúdo discutido sobre o tema *A Agência de Controle “Psicoterapia” e outras agências de controle*, 44,44%, se refere à subcategoria D, *As divergências nas práticas comportamentais entre agências de controle e o problema do controle*. Esse dado ressalta a importância da relação entre psicoterapia e controle feita por Skinner (1953) e a relevância das oposições entre as agências de controle, considerando que há o dobro de parágrafos abordando o tema, em comparação com cada uma das outras subcategorias.

Em seguida, com 22,2%, a subcategoria C, que se refere às *convergências existentes de aspectos comportamentais comuns entre as agências*; próxima percentualmente da subcategoria B, que se refere às *diferentes concepções existentes entre as agências* e que possui um parágrafo a menos em relação a subcategoria C, e em relação a subcategoria A, que aborda *a psicoterapia em si, como agência de controle* e possui um parágrafo a menos em relação a subcategoria B.

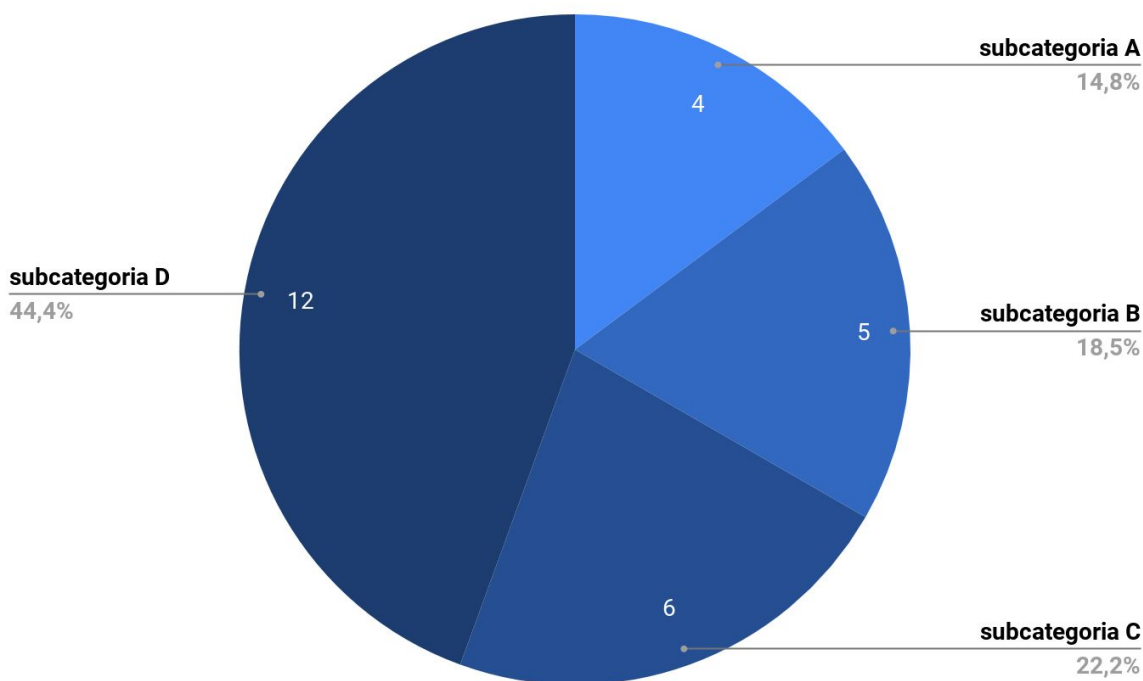


Figura 4 – Número e porcentagem de parágrafos por subcategoria da Categoria 1

A partir de uma análise mais detalhada em relação à Categoria 2, podemos ver, a partir da figura 5, como os parágrafos se dividem entre as subcategorias. Observa-se que, diferentemente da Categoria 1, na Categoria 2 os parágrafos estão divididos de forma mais homogênea. Possui a maior parte de seu conteúdo, 41,7%, discutido à respeito de *técnicas terapêuticas*, referente à subcategoria C. Em seguida, com apenas um parágrafo a menos, Skinner discute à respeito de *diagnóstico, terapia e audiência não-punitiva*, na subcategoria A. Por fim, observa-se que em relação a *exemplos de conceitos que podem ser vistos na clínica*, estes representam 20,8% do parágrafos desta categoria, com a subcategoria B.

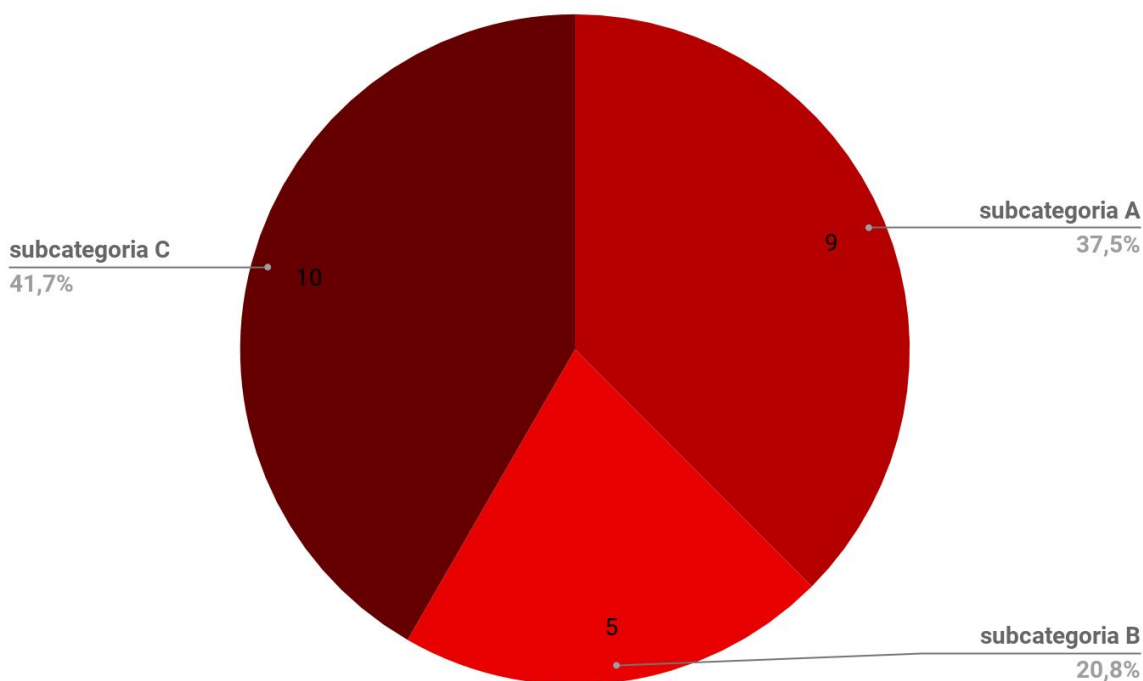


Figura 5 – Número e porcentagem de parágrafos por subcategoria da Categoria 2

A Categoria 2, por se tratar de *contingências comportamentais na clínica*, criou abertura para que se fosse listado quais temas conceituais foram abordados. Conforme a tabela 1, podemos observar que reforçamento é o conceito que mais apareceu nesse contexto clínico, 8 parágrafos, seguido de punição e audiência não-punitiva, com 4 parágrafos cada.

Relacionando os conceitos discutidos em cada parágrafo com a subcategoria a qual ele pertence observa-se que as *técnicas*, categorizadas na subcategoria C, estão relacionadas, principalmente aos conceitos: punição; reforçamento; extinção; ansiedade e estímulos aversivos; e privação e saciação. Já as *exemplificações pontuais de conceitos* discutidas na subcategoria B, se referem principalmente à reforçamento e generalização de estímulos. Por fim, observa-se que a subcategoria A, relacionada à *diagnóstico, terapia e audiência não-punitiva*, está vinculada aos conceitos de reforçamento, análise funcional e, claramente, audiência não-punitiva.

**Tabela 1.**

Descrição dos Temas Conceituais classificados em cada parágrafo analisado nos parágrafos presentes na Categoria 2. Na primeira coluna temos os nomes atribuídos aos conceitos comportamentais presentes nos parágrafos, na segunda coluna, a numeração dos parágrafos em que o conceito comportamental aparece (os parágrafos podem ser lidos integralmente nos anexos e encontrados pela ordem numérica.).

<b>Temas Conceituais</b>	<b>Parágrafos da Categoria 2 em que foi encontrado</b>
<b>Punição</b>	<b>14, 45, 55, 56</b>
<b>Reforçamento</b>	<b>7, 8, 9, 17, 19, 36, 37, 55</b>
<b>Análise/Relações funcionais</b>	<b>34</b>
<b>Extinção</b>	<b>5, 6</b>
<b>Ansiedade e Estímulos aversivos</b>	<b>5, 13</b> <b>10, 17</b>
<b>Privação e Saciação</b>	
<b>Audiência não punitiva</b>	<b>38, 39, 40, 41</b>
<b>Generalização de respostas</b>	<b>9</b>
<b>Outros*</b>	<b>Parágrafos que não se enquadram nas categorias anteriores: 33, 35, 57 e 68.</b>

\*Obs: Os parágrafos em que não foi possível identificar um tema conceitual e não se enquadraram nos encontrados, foram classificados como *outros*.

## **ANÁLISE DAS CATEGORIAS**

Observação: Os números entre parênteses presentes no texto, como por exemplo: (parágrafo 59), se referem ao número do parágrafo presente no **anexo 1** ao qual aquela informação se refere. Todos os parágrafos aqui analisados são referentes ao livro *Ciência e Comportamento Humano* de B.F. Skinner (1953/2003) e portanto foram referenciados apenas com a página do livro ao qual aquela citação pertence.

### **Categoria 1: Agência de controle “psicoterapia” e as outras agências de controle**

#### **a) Subcategoria A: As características da psicoterapia como agência de controle**

No livro *Ciência e Comportamento Humano*, a psicoterapia é discutida como um tipo de agência controladora, sendo considerada uma fonte importante de controle na vida de muitas pessoas.

Constituem o campo da psicoterapia “Os subprodutos do controle {fuga, revolta e resistência passiva} que incapacitam o indivíduo ou o que são perigosos seja para o indivíduo seja para os outros (...)” (p. 393). Os comportamentos com os quais essa agência lida podem ser divididos entre o campo da emoção e o comportamento operante (parágrafos 29 e 32). Muitas vezes requer tratamento o comportamento que é inconveniente ou perigoso para o próprio indivíduo, ou para outros. Antigamente o grupo social (amigos, a família, conhecidos) ou representantes das agências controladoras eram responsáveis pelo tratamento. Atualmente, a psicoterapia que se preocupa com esse problema e representa uma agência especial. Diferentemente do governo e da religião, a psicoterapia não é uma agência organizada e sim uma profissão, com procedimentos mais ou menos padronizados (parágrafos 31 e 32).

Os “efeitos de retorno sobre a agência determinaram a longo prazo a composição da profissão na psicoterapia e a uniformidade de seus procedimentos.” (p. 417). A terapia, além de ser reforçadora para o paciente, é reforçadora também

para o terapeuta. Skinner afirma que o reforço econômico é um dos motivos principais para o terapeuta se empenhar na terapia, e indica outros reforçadores para o terapeuta, tais como o êxito no alívio das condições de seus pacientes e o sucesso na manipulação do comportamento humano, como, por exemplo, em provar o valor de uma teoria ou de um procedimento terapêutico (parágrafo 59).

### **b) Subcategoria B: As diferentes concepções que a psicoterapia traz com outras agências de controle**

Uma das primeiras divergências encontradas entre as agências de controle é o fato de que elas possuem concepções tradicionais do indivíduo que se comporta que são apropriadas somente para aquele conjunto de fatos históricos e comparativos de que foi derivada.

Para o campo da psicoterapia, a concepção de homem existente no campo da economia tem pouco ou nenhum valor. A concepção de comportamento humano utilizada no campo da educação tem pouco ou nada em comum com a utilizada pela agência governamental (parágrafo 4). As agências governamentais possuem diferentes concepções de indivíduo, que se comporta nesses campos, e de comportamento humano.

“Geralmente a teologia tem muito a dizer a respeito do homem em sua relação com universo. Com frequência as teorias do governo descrevem o homem como um animal político ou como um agente responsável perante a lei. A psicoterapia é particularmente rica em ‘sistemas’ do comportamento humano, e o ‘homem econômico’ tem figurado proeminentemente na teoria econômica. Uma psicologia especial desenvolveu-se no campo da educação.” (p. 363 e 364) (parágrafo 24)

O problema é que essas teorias do comportamento humano mesmo em seus campos apropriados são, se o forem, raramente satisfatórias. Raramente, a concepção existente em um campo se aplica à outro, e de forma eficiente. A concepção de indivíduo existente para a psicologia educacional não tem semelhanças com a da agência econômica; e há pouco valor para a psicoterapia o que o cientista político fala sobre o indivíduo. Skinner afirma: “Não é provável que o

organismo humano seja assim repartido em compartimentos estanques.” (p. 364)(parágrafo 25).

Outra diferença apontada entre as agências de controle é a que elas podem operar modos diferentes de conflito. Muitas vezes a educação religiosa e a secular entram em conflito, assim como o governo e a psicoterapia; enquanto o controle econômico apresenta esse poder exercido de diferentes maneiras e dividido entre muitos grupos (parágrafo 65).

Com isso em vista, Skinner defende que:

“Uma análise funcional básica, contudo, nos proporciona uma formulação comum do comportamento do indivíduo com a qual podemos discutir assuntos em quaisquer dessas áreas e finalmente considerar o efeito do ambiente social, como um todo, sobre o indivíduo.” (p. 43).

O autor afirma que uma análise funcional do comportamento poderia, através de uma concepção básica, abordar cada um desses campos, não sendo necessário deduzir a partir dos fatos complexos uma concepção de comportamento humano. Sendo comum a todos os campos e possuindo o apoio do estudo científico do indivíduo sob ótimas condições de observação, poderíamos considerar o efeito da cultura total sobre o indivíduo, no qual todos os aspectos do ambiente e as agências de controle trabalham em conjunto e simultaneamente, com um único efeito (parágrafos 4 e 25). Sendo assim, uma análise funcional ofereceria as informações sobre o comportamento humano que são necessárias para aprimorar a arte de lidar com pessoas (parágrafo 16).

### **c) Subcategoria C: As convergências de aspectos comportamentais comuns com outras agências**

As agências de controle possuem o poder de manipular as condições que afetam os indivíduos. Todas elas possuem uma relação como a existente entre controlador e controlado, podendo ser exemplificada pelas de governador e governado, professor e aluno, terapeuta e paciente, sacerdote e fiel, empregador e

empregado, entre outras (parágrafo 20). Outra semelhança é o fato do princípio dos máximos e dos mínimos, utilizado na teoria econômica, possuir seus paralelos em conceitos das agências de controle. Como por exemplo: a saúde mental e o ajustamento da Psicoterapia, a salvação e a piedade da agência religiosa, e a liberdade, a justiça e a segurança da agência governamental (parágrafo 61).

Muitas vezes a terapia e o aconselhamento podem servir como técnica auxiliar de outras agências de controle, quando por exemplo, instituições educacionais com o intuito de tornar seus reforçadores condicionados mais eficientes, recorrem a essas técnicas para mostrar aos estudantes a conexão com as contingências naturais que virão posteriormente (parágrafo 63). O ambiente social e a cultura na qual um indivíduo se encontra “(...) pode controlá-lo através de uma extensão de técnicas religiosas ou governamentais, pela Psicoterapia, através do controle econômico, ou como uma instituição educacional.”

(p. 455 e 456) (parágrafo 64)

É importante que as agências forneçam reforço positivo em abundância, além de um ambiente físico com clima favorável e alimento adequadamente, se desejam que um indivíduo tenha um nível de trabalho elevado, emitindo um alto nível de comportamento relevante (parágrafo 66). Todas as agências de controle manipulam pequenas partes do ambiente social. Todas elas possuem procedimentos que modificam as práticas e que explicitam quais comportamentos devem ser reforçado ou punido pelo grupo. Na agência religiosa, por exemplo, existem os dez mandamentos; na agência governamental, a decretação de uma lei; na agência educacional, os currículos experimentais das escolas e colégios; e na agência psicoterapia, técnicas psicoterapêuticas originadas de uma teoria ou de um estudo experimental do comportamento humano (parágrafo 67).

As agências de controle, ao se falar sobre o destino do indivíduo, tem em comum a consideração a respeito do bem-estar e da dignidade do indivíduo, possuindo-os como objetivos, se preocupando com crescente conhecimento do homem e com a compreensão de si mesmo, e possuindo filosofias que dão ênfase ao indivíduo (parágrafo 75).

**d) Subcategoria D: As divergências nas práticas comportamentais entre agências de controle e o problema do controle.**

O terapeuta profissional precisa seguir um procedimento padrão para que ele estabeleça um contato entre ele o paciente, como controlador e controlado. “Sua primeira tarefa é assegurar-se de que o indivíduo que está sendo aconselhado continue a ouvir e a voltar para mais conselhos.” (p. 344) Após esse estabelecimento inicial de controle, o terapeuta pode então desenvolver seguramente outras manobras, chegando a novas linhas de controle (parágrafo 21).

Nesta seção do livro (quinta seção), Skinner está tratando sobre como o indivíduo e as agências de controle constituem um sistema social. E afirma “A principal técnica da Psicoterapia destina-se assim a reverter as mudanças comportamentais que aconteceram como resultado da punição.” (p. 404). Muitas vezes essa punição foi feita por agências religiosas ou governamentais, o que acaba gerando uma oposição entre a Psicoterapia e essas duas agências de controle. Essa oposição faz com que os psicoterapeutas sejam acusados, de fomentar tendências imorais, pelas agências religiosas e, por razões similares, a agência governamental resiste às reformas propostas pelos psicoterapeutas (parágrafo 43). Com isso em vista, muitas vezes a psicoterapia exerce certo grau de contracontrole sobre as técnicas extremamente poderosas e mal empregadas das agências de controle religiosas e governamentais. Técnicas mal empregadas que, inclusive, trazem desvantagens tanto para o indivíduo quanto para o grupo (parágrafo 44).

“Em certos estágios da Psicoterapia o terapeuta pode ganhar um grau de controle que é mais poderoso que o de muitos agentes religiosos e governamentais.” (p. 417). Com isso em consideração devemos lembrar que em qualquer agência controladora há a possibilidade de que o controle seja exorbitado. Para isso, existem os padrões éticos e procedimentos da profissão organizada de psicoterapeuta que representam o contracontrole e desencorajam o abuso do poder (parágrafo 60).

Todas as agências de controle podem usar o seu poder para favorecer os interesses especiais daqueles que o possuem e “O controle excessivo gera comportamento da parte do controlado que impõe um limite prático” (p. 436), tal limite pode ser nomeado *contracontrole*. As agências religiosas e governamentais também exercem certo *contracontrole* (parágrafo 62).

A psicoterapia, quando alguém é considerado incapaz de mudar sua conduta, pode ser mais apropriada do que a punição legal, que é requerida quando outras técnicas de controle governamental falharam (parágrafo 26). A terapia consiste no fornecimento de variáveis controladoras adicionais quando o controle ético, governamental ou religioso foi inadequado. Devem ser desenvolvidas técnicas terapêuticas diferentes quando não se pode atribuir a dificuldade ao uso excessivo de punição ou outras circunstâncias aversivas na história do indivíduo. Quando o indivíduo é psicótico, ele está inteiramente fora de controle e nesse caso não é fácil encontrar técnicas terapêuticas eficientes (parágrafo 54).

O melhor exemplo de rejeição deliberada da oportunidade para controlar vem da psicoterapia. “Muitas vezes o terapeuta tem consciência de seu poder sobre o indivíduo que vem a ele em busca de auxílio.” (p. 476) Como esse controle é visto como sutil e bem intencionado, isso faz com que se tenha menos probabilidade das pessoas perceberem que o estão aceitando (parágrafo 70). “Entretanto, recusar-se a aceitar o controle é meramente deixar o controle em outras mãos” (p. 477). Um governo de filosofia liberal só será eficiente se os indivíduos estiverem em contato com agências que forneçam o controle que o governo se recusa a exercer. Quando se diz que vivendo um programa de anarquia acredita-se que assim haveria uma “sociedade livre”, está se negligenciando a existência de outras forças controladoras. O que ocorre na verdade, é que a sociedade está simplesmente sendo controlada por outras agências que não o governo. Assim elas podem ser consideradas livres apenas por não serem controladas por uma agência governamental, mas não são livres em mais nenhum outro sentido (parágrafo 71).

Uma solução proposta para resolver o problema do controle é distribuir o controle do comportamento humano entre muitas agências que tenham pouco em comum a ponto de que não seja provável que se juntem em uma unidade despótica.

Quando todas as agências são colocadas sob o controle de uma única superagência, elas se tornam uma função do Estado, onde até mesmo a Psicoterapia pode se tornar uma função, e assim ocorre um totalitarismo (parágrafo 72). Na democracia há um cancelamento semelhante dos efeitos do controle. Muitas vezes as agências se opõem, como por exemplo, há uma oposição entre o controle econômico e agência educacional e governamental, entre a psicoterapia e a religião e o governo, e entre as próprias agências de controle religiosas e governamentais. E assim, há um cancelamento do controle e evita-se a exploração excessiva por excesso de controle, por parte de qualquer uma das agências de controle (parágrafo 73). Para evitar-se essa exploração há um controle do controle. As agências de controle tem seu poder limitado.

“Não se permite ao homem que possui grande riqueza controlar o comportamento de todas as maneiras que de outra forma estariam abertas para ele. Não se permite ao educador que use controle à sua disposição para estabelecer certos tipos de comportamento. Não se permite que a religião e a psicoterapia encorajem ou aceitem o comportamento ilegal.” (p. 481)

E dessa forma se presta ao indivíduo socorro contra “influências indevidas” (parágrafo 74)

## **Categoria 2. Contingências comportamentais na clínica**

### **a) Subcategoria: Diagnóstico, terapia e audiência não punitiva**

O psicoterapeuta deve saber algumas informações importantes à respeito do paciente que está tratando, e para isso deve ser feito um diagnóstico. Ele “deve ter certas informações acerca de sua história, sobre o comportamento que necessita ser tratado, e sobre as circunstâncias nas quais o paciente vive.” (p. 401). Muito tem sido estudado a respeito do exame do paciente. A psicologia clínica possui interesse em saber:

“Como conduzir uma entrevista, como obter uma história de vida, como analisar encadeamentos de pensamento na associação livre, como determinar a probabilidade de resposta a partir de testes projetivos ou sonhos, como usar essas probabilidades para inferir histórias de privação, reforço ou estimulação emocional (...)” (p. 401)

Todas essas orientações têm sido criadas para possibilitar o terapeuta a prever como o paciente reagirá a várias espécies de terapia (parágrafo 33).

A ciência do comportamento pode ser útil na terapia para muito além da coleção de informações a respeito do paciente, em que se caracteriza o diagnóstico. Apenas o primeiro passo de uma análise científica é colecionar fatos, o segundo é demonstrar as relações funcionais. Quando a terapia controla as variáveis independentes, podemos chegar ao controle da variável dependente (parágrafo 34). É necessário que se faça uma análise dessa condição para se saber os passos que corrigirão uma determinada condição de comportamento. Se o terapeuta tiver controle sobre as variáveis relevantes, esses passos poderão ser efetivados (parágrafo 35).

Ao falar sobre a terapia em si, Skinner explica que o terapeuta, como agente controlador, possui um poder inicial sobre o paciente. Esse poder se origina do fato de que qualquer promessa de alívio é reforçadora, dado que a condição do paciente é aversiva.

“As promessas de auxílio, vários indícios que tornam essas promessas eficazes, o prestígio do terapeuta, relatórios de melhora em outros pacientes, ligeiros sinais de melhora no próprio paciente, indícios da sabedoria do terapeuta em outras matérias (...).” (p. 402)

E tudo isso explica o processo do porquê o paciente volta ao terapeuta (parágrafo 36).

Considerando que inicialmente o terapeuta não possui grande poder e que requer tempo para ele atingir seus objetivos, ele deve inicialmente assegurar-se de que o paciente voltará para continuar o tratamento. Com passar do tempo, o terapeuta passa a se tornar uma importante fonte de reforço e conforme o tratamento progride o seu poder controlador sobre o paciente aumenta. O paciente será reforçado a buscar auxílio, se o terapeuta tiver sucesso em fornecer alívio. Inclusive, a aprovação do terapeuta pode se tornar muito eficaz.

“A medida que o seu conhecimento do paciente se desenvolve, também pode sugerir esquemas ou rotinas que afetem níveis de privação ou saciação, que disponham de apresentação de estímulos que levem ao condicionamento ou à extinção de reflexos emocionais, que eliminem

situações estimuladoras que tenham consequências desastrosas, etc.” (p. 402 e 403).

Inicialmente, esses esquemas são adotados pelo paciente devido ao controle verbal do terapeuta, em seguida, se o seu efeito (dos esquemas) sobre a condição do paciente foi reforçador, eles adquirem outras fontes de força (parágrafo 37).

Uma das técnicas de terapia mais constante deve-se a Sigmund Freud, ela tem sido caracterizada de diferentes formas em diferentes teorias do comportamento e pode ser descrita como audiência não-punitiva. É tarefa do terapeuta se constituir uma audiência não punitiva, e para isso ele evita consistentemente uso da punição para que o paciente perceba-o não mais como um membro de uma sociedade que tem exercido o excessivo controle. O terapeuta “Não critica o paciente nem levanta objeção alguma a nenhum de seus comportamentos.” (p. 403) Ele não aponta erros de pronúncia, gramática ou lógica. E quando o paciente de alguma forma o criticar e ofender ele evita qualquer sinal de contra agressão.

A não punição fica mais clara quando o terapeuta frequentemente responde de modo incompatível com a punição. Como por exemplo: diante de um relato de um comportamento punível o terapeuta trata com um casual “Isto é interessante”; ou diante de um ataque agressivo o terapeuta reage demonstrando amizade ostensivamente (parágrafo 38).

O comportamento reprimido começa a aparecer no repertório do paciente, conforme o terapeuta vai se estabelecendo como uma audiência não-punitiva. Pode acontecer, por exemplo, do paciente se lembrar de uma experiência anterior esquecida em que foi punido. Ele também pode começar a demonstrar tendências a se comportar de modo punível: falando errado, sem lógica ou em termos obscenos ou até mesmo criticando e insultando o terapeuta. Pode começar aparecer, também, o comportamento não-verbal que foi punido anteriormente, com o paciente se tornando socialmente agressivo ou se desculpando pelo próprio egoísmo. O comportamento pode alcançar apenas o nível encoberto inicialmente, se ele estiver inteiramente reprimido, para então futuramente se manifestar de forma aberta. Pode acontecer do paciente passar a exibir emoções fortes, como por

exemplo: tendo uma crise de choro, dando uma demonstração violenta de temperamento, ou ficando “histericamente” doente (parágrafo 39). “Se, em face desse comportamento, o terapeuta tiver sucesso na manutenção de sua posição como não-punidor, o processo de redução do efeito da punição se acelera.” (p. 404). Aparecem cada vez mais comportamentos punidos. Mas esse processo pode parar repentinamente se o terapeuta criticar, punir de outra forma ou ameaça punir o paciente. “Resistência” é a palavra que algumas vezes se utiliza para denominar a condição aversiva que surge para reverter a tendência (parágrafo 40).

O processo terapêutico possui um segundo estágio. O principal resultado da terapia é que “O aparecimento do comportamento previamente punido na presença de uma audiência não-punitiva torna possível a extinção de alguns efeitos da punição” (p. 404). Como consequência, se torna menos provável que o paciente exiba os comportamentos operantes que geram fuga dessa estimulação autogerada. Desta forma o paciente se sente menos culpado, errado ou pecador, pois os estímulos gerados automaticamente pelo comportamento do próprio paciente se tornam cada vez menos aversivos e com menor probabilidade de gerarem reações emocionais (parágrafo 41).

#### **b) Subcategoria: Exemplificações pontuais de conceitos discutidos**

Ao falar sobre comportamento operante e sobre quais eventos são reforçadores, Skinner constata que para aplicar na prática o condicionamento operante, é necessário com frequência levantar dados dos eventos que reforçam um dado indivíduo. Constantemente mudamos a probabilidade de resposta quando arranjamos consequências reforçadoras. Isso pode ser visto, na clínica, da seguinte forma: o psicoterapeuta necessita assegurar-se de que o comportamento do paciente vir até ele é em alguma medida reforçado, se o paciente deve retornar para outra consulta (parágrafo 7). Ao dissertar sobre reforçadores, Skinner afirma que frequentemente os reforçadores condicionados são produto de contingências naturais. Os reforçadores primários conseguem ser eficazes depois de uma longa demora porque eventos intervenientes tornaram-se reforçadores condicionados. Na psicoterapia e em outros campos encontramos técnicas para criar reforçadores

condicionados apropriados. Providenciar consequências imediatas e eficazes em que as consequências finais tardam é corrigir a condição de baixa frequência do operante. No caso da psicoterapia, é induzir os pacientes a se comportarem de modo socialmente aceitável (parágrafo 8).

Nesse trecho a seguir, é explicitado o efeito da generalização de respostas no comportamento do paciente. O psicoterapeuta ao dispor de ótimas contingências de reforço na clínica aumenta a frequência do comportamento em todas as situações. Isso se dá devido a generalização de respostas: Constantemente produzimos um aumento na frequência de um operante ao reforçar outro. Isso ocorre porque dificilmente duas respostas não tem algo em comum, e "(...) quando reforçamos a resposta final em uma sequência que contém muitos membros precorrentes podemos acabar aumentando a frequência de todas as unidades que contém os mesmos membros precorrentes." (p. 104) O efeito reforçador transfere-se de um campo para o outro (parágrafo 9).

Quando se fala de técnicas construtivas, a concepção de terapia como a eliminação de causas internas de confusão não se aplica. Há, contudo, uma explicação que tem sido aplicada a todas as técnicas de terapia. A técnica do terapeuta deve levar em consideração que quando o paciente chega sozinho à solução do problema, é muito mais provável que ele adote um curso de ação eficiente, para o seu padrão de comportamento desvantajoso, do que quando o terapeuta propõe a solução, sugerindo um curso de ação corretiva. "Achar uma solução não é terapia, não importando quem faz a descoberta." (p. 416) Skinner ressalta que o paciente deve identificar as variáveis importantes de seu comportamento, desvantajoso ou perigoso, para que ocorra uma mudança substancial e a solução parta do sujeito. Quando o terapeuta anuncia a solução, não há um considerável grau de progresso. É necessário que o paciente descubra a sua própria solução e para isso seu comportamento com relação ao problema deve ser alterado enormemente. Skinner sintetiza afirmando: "A terapia consiste, não em levar o paciente a descobrir a solução para seu problema, mas em mudá-lo de tal modo que seja capaz de descobri-la." (p. 417) (parágrafo 57)

O terapeuta estabelece conexões entre aspectos do ambiente e o efeito sobre o comportamento humano. Uma análise científica do comportamento humano

pode explicar a manipulação deliberada da cultura, que é em si mesma uma característica de muitas culturas. Ao descobrir que determinado aspecto do ambiente tem um efeito reforçador sobre o comportamento, seja como fuga de estímulos aversivos ou como reforçador positivo, a construção desse ambiente passa a ser explicável facilmente. Com base nisso, o psicoterapeuta que aconselha o paciente, para que sofra menos de um sentimento de fracasso, a mudar para um trabalho em que se adapte melhor, o faz porque uma conexão semelhante entre ambos foi estabelecida (parágrafo 68).

### **c) Subcategoria: Técnicas**

Ao longo do livro, Skinner fala sobre práticas na clínica terapêutica, nesses trechos ele cita algumas práticas comuns na clínica analisando como o terapeuta aborda certos comportamentos. Como por exemplo a extinção respondente, que elimina respostas condicionadas, reduzindo as reações de medo. Isso pode ser feito apresentando o estímulo condicionado e omitindo o estímulo reforçador responsável pelo seu efeito. No caso da gagueira, por exemplo, a terapia consiste em extinguir reações de ansiedade ou embaraço anteriormente geradas por pessoas que riram do gago ou foram impacientes com ele. Desse modo a terapia consiste em encorajá-lo a conversar, para que o estímulo automaticamente gerado, ocorra sem a presença do reforço (parágrafo 5). A psicoterapia pode, além disso, ser destinada a restaurar um comportamento que se perdeu através da extinção. O tratamento pode ter objetivo de aumentar força de um operante que foi extinto e o terapeuta faz isso fornecendo reforço ou providenciando condições de vida nas quais o comportamento seja reforçado, esse processo é nomeado de reforçamento operante, podendo ser arranjado ou natural. O paciente, na terapia ocupacional por exemplo, é estimulado a assumir formas simples de comportamento que lhe fornecem reforço imediato e de forma consideravelmente consistente (parágrafo 6 - parte 2).

A ansiedade "(...) indica um conjunto de predisposições emocionais atribuídas a um tipo especial de circunstâncias." (p. 198) É necessário para se reduzir os "efeitos da ansiedade", que qualquer tentativa terapêutica opere, não

sobre o estado interveniente, mas sim sobre essas circunstâncias. Considerada um caso especial da emoção, a ansiedade, deve ser interpretada com cautela. O termo ansiedade classifica meramente um comportamento e não uma causa de um comportamento. Com isso em vista, Skinner ressalta que é necessário intervir nas circunstâncias em que a ansiedade ocorre (parágrafo 13).

Outro processo frequente na clínica é o da saciação. Na prática usa-se a saciação “quando um terapeuta reduz um comportamento agressivo ou de alguma forma indesejável, dando ao indivíduo atenção, aprovação ou mesmo afeição.” (p. 162)(parágrafo 10) Ao falar sobre a “necessidade de gratificação”, Skinner afirma que a psicoterapia leva em consideração ao utilizar a saciação como procedimento clínico, que “o comportamento que teve sua probabilidade aumentada pela privação será enfraquecido pela saciação.” (p. 224) Deste modo, um paciente que tenha como reforçador atenção e afeição e busque por mais, poderá ser reforçado pelo terapeuta quando emitir comportamentos adequados (parágrafo 17).

A terapia também é requerida para correção de algumas das consequências da punição. Para que isso seja feito, é necessário uma análise da fuga, da evitação e da ansiedade, para que se tenha um quadro claro do efeito da punição e da explicação de seus subprodutos. Essa análise é essencial para que se faça o uso apropriado da técnica, corrigindo algumas das consequências da punição (parágrafo 14). Quando um paciente apresenta os subprodutos da punição ele emite um comportamento que é desvantajoso ou perigoso, para o próprio indivíduo ou para os outros. Nesses casos, o terapeuta possui como tarefa completar uma história pessoal de forma que o comportamento já não seja mais caracterizado dessa forma (parágrafo 45).

Algumas vezes o terapeuta deve construir um novo repertório em seu paciente, utilizando reforçamento, podendo ser necessário acrescentar respostas adicionais ou aumentar a probabilidade de emissão de um comportamento já integrante em seu repertório, o importante é que ele seja eficiente no mundo em que paciente se encontra. O paciente também deve ser capaz de se ajustar às circunstâncias a medida em que elas surjam e por isso é importante estabelecer um repertório de autocontrole, que consiste principalmente em meios de fugir da auto estimulação aversiva condicionada pela punição, utilizando o reforçamento de

respostas controladoras do ambiente (parágrafo 55). Essas técnicas construtivas podem ser necessárias para corrigir condições existentes na vida do paciente. O alívio dos efeitos do controle excessivo pode ser suficiente se a condição que está sendo corrigida for subproduto de circunstâncias controladoras não mais existentes. Porém, um repertório eficaz dotado de técnicas de controle deve ser constituído se o paciente estiver continuamente sujeito a controle excessivo ou inábil. Quando há probabilidade do paciente se comportar de modos puníveis, pode-se ensiná-lo evitar essas ocasiões embora isso possa não ser suficiente (parágrafo 56).

Um tipo particular de reforço diferencial fornece o comportamento que denominamos 'de conhecer'. Um dos propósitos da terapia pode ser estabelecer um eficiente repertório de autoconhecimento, que se estende do comportamento aberto ao comportamento encoberto do indivíduo. Dependendo da cultura, uma sociedade pode produzir indivíduos com maior ou menor repertório de autoconhecimento, sendo mais comum uma observação apurada em culturas orientais. (parágrafo 19)

### **Categoria 3. Anúncio ou menção do tema psicoterapia**

Nesses parágrafos, Skinner anuncia alguns temas sobre os quais irá falar nos capítulos posteriores. Nesses anúncios algumas informações introdutórias são passadas para o leitor, conforme escrito na síntese abaixo.

O comportamento humano é controlado através de técnicas utilizadas pelo governo, pela religião, pela psicoterapia, pela economia, e pela educação (parágrafo 3). Cada um desses campos se constitui uma agência de controle, porém "Uma agência sempre opera dentro de certos limites." (p. 390) e muitas vezes elas entram em conflito e se opõem (parágrafo 27).

Um grupo, por si só, já tem um enorme poder de controle e todos os indivíduos se sujeitam ao grupo como um todo, independentemente de sua força ou liderança individual. As agências de controle, no entanto, possuem um controle ainda mais eficiente do que o observado pelo controle de um grupo, podendo exercer, inclusive, controle excessivo e gerar consequências por conta disso (parágrafos 23 e 18). Um infeliz subproduto possível das técnicas controladoras é a ansiedade, sendo ela uma questão importante na psicoterapia, pois quase todos os

estímulos aversivos fortes são precedidos por estímulos característicos que podem vir a gerá-la (parágrafo 12). Com isso em vista, pode-se perceber que muitos problemas da psicoterapia se originam da força e da duração do efeito do condicionamento de estímulos aversivos (parágrafos 11 e 15). Ao falar sobre estimulação aversiva, Skinner a destaca junto com mais duas formas de controle: punição e restrição física; e afirma que em razão da natureza do poder do controle, essas três formas comumente estão à disposição do mesmo indivíduo. E ressalva: A punição como técnica de controle tem todas as desvantagens da restrição física e “(..) gera de disposições emocionais que podem ser desvantajosas ou mesmo perigosas tanto para o controlador quanto para o controlado (...)” (p. 347) (parágrafo 22)

#### **Categoria 4: Excludente**

Esta categoria, por se tratar de títulos ou subtítulos de capítulos que aparecem ao longo do livro e não de de parágrafos em si, foi desconsiderada para análise nesta parte.

#### **Categoria 5. Ficções explicativas, mentalismo e explicação de conceitos psicanalíticos comportamental**

Em alguns momentos do livro, Skinner faz críticas a ficções explanatórias afirmando que essas não trazem vantagens. O autor pontua que o terapeuta reforça o comportamento do paciente e que “o problema consiste simplesmente em discorrer sobre a probabilidade da resposta em termos de uma história de reforço e extinção.” (p. 80). O uso de termos como gerou um “sentimento de realização”, reconstruiu seu “interesse”, e removeu ou evitou “desânimo” são termos de ficção explanatória que não trazem vantagem, e apenas se referem ao efeito do reforço (parágrafo 6 - parte 1).

Ao falarmos sobre objeto de estudo, vemos que o próprio comportamento não tem sido aceito por si só como um, sendo considerado apenas como um sinalizador de que há alguma coisa errada em algum outro lugar. Desta forma, é observável a abundância de ficções explicativas existentes no campo da

Psicoterapia. É posto como se o comportamento fosse mero “sintoma” e a psicoterapia tivesse como tarefa remediar uma doença interna. A psicoterapia dedica grande importância a saúde mental e ao ajustamento pessoal (parágrafo 46).

Com frequência identifica-se como uma “neurose” a condição a ser corrigida pela psicoterapia. Esse exemplo de ficção explicativa encoraja o psicoterapeuta a evitar demonstrar porque aquele comportamento é considerado desvantajoso ou perigoso, e a evitar especificá-lo. Assumir que o indivíduo é neurótico exime o terapeuta da decisão ética sobre o comportamento alvo e de especificar qual comportamento é esse.

Skinner afirma que devemos evitar a ideia de que “(...) a Psicoterapia consiste na remoção de certas causas internas de doenças mentais.” (p. 406) Não é uma causa interna do comportamento que deve ser corrigida e sim o próprio comportamento. Acreditando que o comportamento neurótico ou desajustado possui causas internas, algumas vezes a terapia é voltada à uma suposta condição subjacente e não para o próprio comportamento ou para as variáveis manipuláveis que o controlam. Possuindo essa crença, na tentativa de corrigir o comportamento do paciente, se faz o uso de drogas, eletrochoques e operações cirúrgicas do sistema nervoso (parágrafo 47).

Deve-se a Freud, muito da visão existente de terapia e doença mental. Freud aplicou o princípio de causa e efeito ao comportamento humano, e assim, alguns importantes aspectos do comportamento foram considerados variáveis relevantes. O problema foi que as relações descobertas por ele foram representadas com conjunto elaborado de ficções explicativas: ego, superego e Id; regiões consciente, pré-consciente e inconsciente (parágrafo 48). “As concepções que Freud tinha dos distúrbios mentais da terapia eram estritamente relacionadas com a concepção de uma vida mental” (p. 409). O comportamento para psicanálise era muitas vezes considerado um subproduto, não muito relevante, de algo que ocorria na mente. Como se as consequências aversivas gerassem um desejo reprimido que lutava por fugir, recorrendo à truques para evitar a punição, chamados de “dinamismo”. A terapia, neste caso, se preocupava em descobrir o desejo reprimido e eliminá-lo ou o reprimir de forma mais segura para que os sintomas sumissem (parágrafo 49).

Para a visão da terapia comportamental, o comportamento é objeto direto de análise, diferentemente do que ocorre na psicanálise em que o comportamento é visto apenas como sintoma. Para explicar o comportamento neurótico é necessário investigar “(...) porque a resposta foi emitida da primeira vez, porque foi punida, quais as variáveis ativas no presente.” (p. 409). Podemos considerar o desejo freudiano como uma representação de uma resposta com uma dada a probabilidade de ocorrência, e o efeito da repressão como efeito das variáveis que levaram ao comportamento repressor ou à própria resposta (parágrafo 50).

As “manifestações {reprimir, formar reação, racionalizar, sublimar, fantasiar, sonhar, deslocar, fazer um gracejo, identificar-se, projetar, cometer um ato falho, esquecer-se, punir-se, desenvolver sintomas físicos} são simplesmente as respostas de uma pessoa que teve uma história particular.” (p. 412) Não são nem sintomas, nem expressões de desejos ou impulsos reprimidos. Esses “dinamismos” são na verdade o resultado de complexos conjuntos de variáveis. A terapia consiste em introduzir variáveis que corrijam uma história que produziu um comportamento indesejável, e não em libertar um impulso perturbador. A emoção reprimida é parte desse comportamento desajustado e não sua causa. Não conseguir lembrar de um evento passado, não gera sintomas neuróticos, é em si mesmo um exemplo de comportamento deficiente. É possível que a terapia altere a emoção reprimida e o sintoma comportamental de forma que eles desapareçam ao mesmo tempo, e isso não significa que um desses fatores seja a causa do outro (parágrafo 51). Poderia surgir a crítica de que com esta terapia, estaria se cometendo o erro de se tratar os sintomas no lugar da causa. Isso ocorreria se a terapia apenas tentasse remover aspectos indesejáveis do comportamento sem dar atenção para fatores causais, como por exemplo, indicar o uso de coletes ortopédicos para corrigir má postura ou exercícios vocais para corrigir a gagueira. Ao dizer que “(...) o comportamento é objeto da terapia e não sintoma do objeto, não estamos cometendo o mesmo engano (...)” (p. 413). O teórico tradicional deve considerar as verdadeiras variáveis do comportamento, explicando-o considerando sua história pessoal e a alterando como uma forma de terapia. (parágrafo 52)

O psicoterapeuta passa um problema em relação ao valor de sobrevivência do comportamento que pretende alterar e a sua utilidade. Essa dificuldade se dá

devido ao dilema entre demonstrar os feitos do homem neurótico em sua importância e, por outro lado, curar neuroses. Poderíamos mudar o padrão de vida das instituições que forma que as pessoas fossem mais felizes e tivessem mais segurança, porém Skinner questiona se essas pessoas seriam produtivas, enérgicas se e apresentariam iniciativa científica e artística, pontuando a dificuldade em determinar quais comportamentos devem ser mantidos e quais devem ser alterados. (parágrafo 69).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do material, foi possível concluir que na parte selecionada do livro *Ciência e Comportamento Humano*, Skinner fala sobre a Psicoterapia em seus diversos aspectos.

Ao se relacionar com as outras agências de controle, vemos que no livro é apresentado: A Psicoterapia em si, como agência de controle. Informando ao leitor suas características: o que constitui seu campo; os tipos de comportamentos com os quais essa agência lida; a psicoterapia como profissão; e os reforçadores disponíveis na terapia para o terapeuta (Categoria 1A). A Psicoterapia em comparação com outras agências de controle, realçando as diferentes concepções que elas possuem em relação ao indivíduo; as concepções de comportamento humano; a modos de operar conflitos; por fim, uma proposta de uma análise funcional, que traria uma concepção comum a todos os campos (Categoria 1B). A Psicoterapia em comparação com outras agências de controle, realçando as convergências de aspectos comportamentais comuns com outras agências, como por exemplo: manipulam condições que afetam os indivíduos; têm seus paralelos no princípio dos máximos e dos mínimos; devem fornecer reforçamento positivo em abundância; se auxiliam; manipulam o ambiente social;-consideram o bem-estar e a dignidade do indivíduo (Categoria 1C). As divergências nas práticas comportamentais entre agências de controle e o problema do controle, informando ao leitor sobre: a existência da relação de controle entre terapeuta e paciente; a oposição entre a psicoterapia e outras agências de controle; o contracontrole exercido; o fornecimento de controle adicional quando uma das agências falha; o uso do controle para favorecer o interesse daqueles que o possuem; a rejeição da oportunidade para controlar; e as soluções propostas para resolver o problema do controle (Categoria 1D).

Um segundo ponto principal trazido pelo autor é a respeito das contingências comportamentais presentes na clínica psicoterapêutica, no qual podemos encontrar os seguintes temas predominantes: Diagnóstico, terapia e audiência não-punitiva no contexto clínico, como por exemplo: as funções do diagnóstico e da análise funcional; como se dá o poder inicial do terapeuta; o terapeuta como fonte de

reforço; a técnica da audiência não-punitiva; e a extinção de alguns efeitos da punição (Categoria 2A). Exemplificações pontuais de conceitos discutidos que podem ser vistos na clínica, como por exemplo: levantamento dos eventos que reforçam um dado indivíduo; reforçadores condicionados; generalização de respostas; aplicação de técnicas construtivas; e conexões entre aspectos do ambiente e o efeito sobre o comportamento humano (Categoria 2B). Técnicas terapêuticas utilizadas, como por exemplo: eliminar respostas condicionadas; restaurar um comportamento que se perdeu através da extinção; intervir nas circunstâncias em que a ansiedade ocorre; utilizar a saciação como procedimento clínico; analisar a fuga, evitação e a ansiedade; e instalar novos repertórios, como o de autocontrole e o de auto-conhecimento.

Em alguns momentos, Skinner (Categoria 3) citava superficialmente um conceito, alegando que este seria abordado com mais profundidade no capítulo XXIV (psicoterapia) ou na quinta seção como um todo.

Em um outro momento, Skinner faz (Categoria 5) críticas a ficções explanatórias; e apresenta comparações entre análise do comportamento e a psicanálise, em relação às suas concepções de terapia, objeto de estudo e a base escolhida para se explicar os comportamentos.

O presente trabalho objetivou falar sobre o tema Psicoterapia na obra *Ciência e Comportamento Humano*, de Skinner, 1953/2003, procurando contribuir para a discussão a respeito do que o autor traz em sua obra sobre o tema, suas discussões e análises. Pode-se considerar que este objetivo foi atingido, com base nas descobertas a respeito de conceitos e técnicas presentes na clínica e de que forma o autor situa a Psicoterapia no âmbito da ciência do comportamento humano e das agências de controle, que podem trazer uma contribuição para área.

Para que isso fosse feito, foi utilizado a versão em português e em PDF do livro *Ciência e Comportamento Humano*. A busca se concentrou nas citações a respeito da Psicoterapia, em palavras que continham o radical “terap”, feitas pelo autor ao longo do livro como um todo. Pode se considerar uma limitação do trabalho a escolha única do radical a ser pesquisado; palavras como: paciente; cliente; clínica e derivadas, caso fossem pesquisadas, poderiam trazer um leque maior de

parágrafos sobre o tema. Levando em conta esses resultados, trabalhos futuros poderiam ampliar a busca sobre o tema: 1- utilizando mais palavras para pesquisar no livro e 2- utilizando também outras obras de Skinner para pesquisa. Outras limitações encontradas foram a necessidade de fazer cálculo de fidedignidade da categorização com outro observador; e possíveis superposições das categorias e subcategorias.

## REFERÊNCIAS

BANACO, Roberto Alves. Religião e Psicoterapia. Fragmentos de Cultura Goiana, 11(1), 55-64. 2001. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S1517-554520050001000700003&lng=pt&pid=S1517-55452005000100007>>. acessos em 03 jun. 2018.

CASTRO, Marina Souto Lopes Bezerra de. A ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical.. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4825>>. acessos em 03 jun. 2018.

FERSTER, Charles B. Psicoterapia do ponto de vista de um comportamentalista. Revista Brasileira de Análise do Comportamento. v. 3, n. 121-144, p. 121-130.1979/2007. Disponível em <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/828/1173>>. acessos em 27 maio 2018

MARTINS, Tatiana Evandro Monteiro; CARVALHO NETO, Marcus Bentes de; MAYER, Paulo Cesar Morales. B. F. Skinner e o uso do controle aversivo: um estudo conceitual. Rev. bras. ter. comport. cogn., São Paulo , v. 15, n. 2, p. 5-17, ago. 2013 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-5545201300020002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-5545201300020002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 maio 2018

MATOS, Maria. Amélia. Behaviorismo Metodológico e Behaviorismo Radical.1993. Disponível em <[http://xa.yimg.com/kq/groups/24137146/1950214870/name/behaviorismo\\_metodologico\\_behaviorismo\\_radical.PDF](http://xa.yimg.com/kq/groups/24137146/1950214870/name/behaviorismo_metodologico_behaviorismo_radical.PDF)>. acessos em 27 maio 2018

MOREIRA, Lauriane dos Santos.Contexto Psicoterapêutico como Agência de Controle: Reflexões a Partir da Ética Skinneriana. Monografia.Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento. pg 14 - 21. 2013 Disponível em <[file:///C:/Users/Adriana%20Lins/Downloads/monografia\\_estrutura\\_Lauriane\\_dos\\_Santos\\_Moreira\\_2013.pdf](file:///C:/Users/Adriana%20Lins/Downloads/monografia_estrutura_Lauriane_dos_Santos_Moreira_2013.pdf)>. acessos em 03 jun. 2018.

SAMPAIO, Angelo Augusto Silva. Skinner: sobre ciência e comportamento humano. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 25, n. 3, p. 370-383, 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932005000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300004&lng=en&nrm=iso)>. acessos em 27 maio. 2018.

SKINNER, B. F. (1953/2003). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov, & R. Azzi, Trans.). São Paulo: Martins Fontes

## ANEXO 1

### **Lista de parágrafos com palavras que possuem o radical *terap* presentes na obra *Ciência e Comportamento Humano* de B.F. Skinner (1953/2003)**

#### **3º Capítulo: Porque os organismos se comportam?**

##### **Subtítulo: Análise de dados**

(3) A seção V analisa várias técnicas através das quais o comportamento humano é controlado pelo governo, pela religião, pela psicoterapia, pela economia, e pela educação. Em cada um dos campos assinalados o indivíduo e a agência de controle constituem um sistema social no sentido da seção IV.

(4) O plano é, obviamente, um exemplo de extrapolação do simples ao complexo. Não serão em nenhuma parte do livro usados princípios que não tenham sido discutidos na seção II. As relações e os processos básicos dessa seção derivam-se de dados obtidos sob condições que se aproximam bastante de uma ciência exata. Na seção V, exemplos complexos de comportamento humano tirados de certos campos do conhecimento são analisados com base nesses processos e nas relações mais simples. O procedimento é com freqüência acúsado de reducionismo. Se nosso interesse reside principalmente nos princípios básicos, recorreremos a matéria deste tipo como uma espécie de teste da adequação de nossa análise. Se, por outro lado, nosso interesse está no caso complexo, ainda temos muito a ganhar. com a utilização de formulações obtidas em circunstâncias mais favoráveis. Por exemplo, fatos históricos e comparativos sobre determinados governos, religiões, sistemas econômicos, levaram a certas concepções tradicionais do indivíduo que se comporta, mas cada uma dessas concepções tem sido apropriada somente para aquele conjunto de fatos de que foi derivada. Esta restrição mostrou ter uma séria desvantagem. A concepção do homem, resultante do estudo dos fenômenos econômicos, tem pouco ou nenhum valor no campo da psicoterapia. A concepção do comportamento humano desenvolvida para o uso no campo da educação tem pouco ou nada em comum com aquela empregada na explanação de procedimentos legais ou governamentais. Uma análise funcional básica, contudo, nos proporciona uma formulação comum do comportamento do indivíduo com a qual podemos discutir assuntos em quaisquer dessas áreas e finalmente considerar o efeito do ambiente social, como um todo, sobre o indivíduo.

#### **4º Capítulo: Reflexos condicionados ou não**

##### **Subtítulo: O âmbito dos reflexos condicionados**

(5) Outro problema prático comum é o de eliminar respostas condicionadas. Por exemplo, podemos querer reduzir as reações de medo eliciadas por pessoas, e

animais, incursões aéreas, ou combates militares. Seguindo os métodos do experimento com reflexo condicionado, apresentamos um estímulo condicionado e omitimos o estímulo reforçador responsável pelo seu efeito. Um passo decisivo no tratamento da gagueira, por exemplo, é a extinção de reações de ansiedade ou embaraço geradas por pessoas irresponsáveis que riram do gago ou foram impacientes com ele. Uma técnica bastante comum é encorajá-lo a falar a todos que encontre. As respostas funcionais de embaraço e ansiedade geralmente são condicionadas na primeira infância. Se o adulto gago não é há muito caçoado, as respostas podem se extinguir. A terapia consiste apenas no encorajamento da conversação de modo que o estímulo assim automaticamente gerado possa ocorrer sem ser reforçado.

## **5º Capítulo: Comportamento Operante**

### **Subtítulo: Extinção operante**

(6 - parte 1) A condição de pouca força de um operante como resultado de extinção muitas vezes requer tratamento. Algumas formas de psicoterapia são sistemas de reforço destinados a restaurar o comportamento que se perdeu através da extinção. O terapeuta poderá fornecer o reforço, ou providenciar condições de vida nas quais o comportamento seja reforçado. Na terapia ocupacional, por exemplo, o paciente é encorajado a assumir formas simples de comportamento que recebem reforço imediato e razoavelmente consistente. (6 - parte 2) Não traz vantagem alguma dizer que esta terapia ajuda o paciente dando-lhe um “sentimento de realização” ou melhorando seu “moral”, reconstruindo seu “interesse” ou removendo ou evitando “desânimo”. Termos como estes vêm apenas somar-se ao crescente número das ficções explanatórias. Alguém que se dedique a uma dada atividade prontamente não está mostrando um interesse, está mostrando o efeito do reforço. Não se dá a ninguém um sentimento de realização, reforça-se uma determinada ação. Desanimar-se é apenas não responder por falta de reforço. O problema consiste simplesmente em discorrer sobre probabilidade de resposta em termos de uma história de reforço e extinção.

### **Subtítulo: Que eventos são reforçadores?**

(7) A aplicação prática do condicionamento operante requer freqüentemente um levantamento dos eventos que reforçam um dado indivíduo. Em todos os campos em que o comportamento humano figura com proeminência - educação, governo, família, clínica, indústria, arte, literatura, e assim por diante - estamos constantemente mudando probabilidades de resposta ao arranjar as conseqüências reforçadoras. O industrial que deseja seus empregados trabalhando de acordo com as suas especificações e sem absenteísmo precisa certificar-se de que o comportamento deles esteja sendo reforçado convenientemente, não somente com

salários, mas com adequadas condições de trabalho. A garota que deseja um novo encontro deve assegurar-se de que o comportamento de seu namorado convidando-a e comparecendo ao encontro seja apropriadamente reforçado. Para ensinar uma criança a ler, a cantar, a jogar eficazmente um jogo, precisamos elaborar um programa de reforços educacionais no qual as respostas adequadas sejam “recompensadas” freqüentemente. Se o paciente deve retornar para outra consulta, o psicoterapeuta necessita assegurar-se de que o comportamento de vir até ele é em alguma medida reforçado.

### **Subtítulo: Reforçadores Condicionados**

(8) Os reforçadores condicionados são, com freqüência, o produto de contingências naturais. Geralmente, alimento e água são recebidos apenas depois de o organismo ter-se ocupado de comportamentos “precorrentes”, depois de operar sobre o meio a fim de criar a oportunidade de comer e beber. Os estímulos gerados por esse comportamento precorrente tornaram-se então reforçadores. Assim, antes que possamos transferir o alimento do prato à boca, com êxito, precisamos chegar até o prato, e todo comportamento que nos aproxima do mesmo será automaticamente reforçado. Destarte, o comportamento precorrente será mantido em freqüência. Isto é muito importante por se saber que apenas uma pequena parte do comportamento é imediatamente reforçada com alimento, água, contato sexual, ou outros eventos de óbvia importância biológica. Ainda que o fato de os reforçadores primários conseguirem ser eficazes depois de longa demora seja característico do comportamento humano, isto acontece, presumivelmente, apenas porque eventos intervenientes tornam-se reforçadores condicionados. Quando um homem coloca janelas de tempestade em outubro porque um comportamento semelhante no outubro passado foi seguido por um ambiente confortável na casa, em janeiro necessitamos suprir a lacuna entre o comportamento em outubro e o efeito em janeiro. Entre os reforçadores condicionados responsáveis pelo fortalecimento desse comportamento estão certas conseqüências verbais fornecidas pelo próprio homem ou por seus vizinhos. Muitas vezes é importante, para controlar o comportamento com finalidades práticas, encontrar uma série de eventos que preencham o espaço entre um ato e o reforço primário final. Na educação, na indústria, na psicoterapia e em muitos outros campos, encontramos técnicas que se destinam a criar reforçadores condicionados apropriados. O efeito de providenciar conseqüências imediatas e eficazes em que as conseqüências finais tardam é o de “melhorar o moral”, “aumentar o interesse”, “evitar o desânimo” ou corrigir a condição de baixa freqüência do operante, que denominamos abulia, e assim por diante. Mais concretamente, é induzir os estudantes a estudar, os empregados a irem ao trabalho, os pacientes a se comportarem de modo socialmente aceitável, etc.

## **6º Capítulo: Modelagem e manutenção do comportamento operante**

### **Subtítulo: A continuidade do comportamento**

(9) A negligência desta característica tem sido responsável por muitos dos difíceis problemas na teoria do comportamento. A “generalização de respostas” é um exemplo deste efeito, às vezes também chamado “transferência” ou “indução de respostas”. Quando reforçamos um operante, muitas vezes produzimos um aumento notável na frequência de outro. O treino em uma área do comportamento relativo à habilidade pode melhorar o desempenho em outra. O sucesso em um campo de atividade pode incrementar a tendência a agir em outros. Ao dispor ótimas contingências de reforço na clínica ou em alguma instituição, o psicoterapeuta aumenta a frequência do comportamento em todas as situações. Mas como isso é possível? O que é essa “transferência” que parece aumentar a frequência de comportamentos sem reforçá-los diretamente? Este é um bom exemplo de pseudoproblema. Dividimos o comportamento em unidades rápidas e rígidas e depois nos surpreendemos ao constatar que o organismo menospreza os limites por nós colocados. É difícil conceber duas respostas que não tenham algo em comum. Por vezes é o mesmo sistema muscular utilizado. O efeito reforçador pode refletir este fato melhor do que o nosso procedimento arbitrário que é chamar as respostas de unidades separadas. Mais ainda, quando reforçamos a resposta final em uma seqüência que contém muitos membros precorrentes, podemos aumentar a frequência de todas as unidades que contêm os mesmos membros precorrentes. Nossa habilidade na manipulação de instrumentos e ferramentas transfere-se de um campo de reforço para outro.

## **9º Capítulo: Privação e saciação**

### **Subtítulo: O uso prático dos impulsos**

(10) Na prática usa-se a saciação quando um restaurante table d'hôte serve uma grande quantidade de pão de boa qualidade enquanto a refeição está sendo preparada para ser servida em pequenas porções sem que haja reclamações (obviamente é um mau negócio servir pão quando o freguês vai pedir à la carte), como quando se usa uma abundância de salgadinhos para dissimular a pobreza do jantar que se seguirá; quando se recomenda a prostituição legalizada com base na afirmação de que ela reduz a probabilidade do comportamento sexual em membros da população que poderiam, se insatisfeitos, atacar mulheres inocentes; quando se estabelecem filas para comprar pão com o fito de reduzir a violência que poderia resultar por se fornecerem rações insuficientes; e quando um terapeuta reduz um comportamento agressivo ou de alguma forma indesejável, dando ao indivíduo atenção, aprovação ou mesmo afeição. Obtém-se um efeito comparável à saciação quando se administra uma droga para reduzir a probabilidade do comportamento sexual.

## **11º Capítulo: Aversão, evitação, ansiedade**

### **Subtítulo: Uso prático dos estímulos aversivos**

(11) Um exemplo importante deste uso do condicionamento aversivo é o procedimento de difamar um ato errado ou pecaminoso. Qualquer comportamento que reduza a estimulação originada nos primeiros estágios desse ato será então negativamente reforçado. Um único emparelhamento de dois estímulos pode ser suficiente para transferir o poder aversivo, e um reforçador condicionado pode continuar a ser eficiente muito tempo depois que os reforçadores básicos incondicionados tiverem desaparecido do ambiente. Muitos problemas na psicoterapia se originam da força e duração desse efeito, como veremos no capítulo XXIV.

### **Subtítulo: Ansiedade**

(12) Quase todos, os estímulos aversivos fortes são precedidos por estímulos característicos que podem vir a gerar ansiedade. Contingências como essa são dispostas no controle prático do comportamento, muitas vezes em conexão com punição. Embora a vantagem biológica da evitação seja óbvia, o padrão emocional da ansiedade parece não ter propósito útil. Interfere com o comportamento normal do indivíduo e pode mesmo desorganizar o comportamento de evitação que, de outra forma, seria eficiente na lida com as circunstâncias. Por esta razão a ansiedade é uma questão importante na psicoterapia, como veremos no capítulo XXIV No planejamento das técnicas controladoras a possibilidade de geração de ansiedade como um infeliz subproduto deve ser constantemente lembrada.

### **Subtítulo: Ansiedade não é causa**

(13) A ansiedade, como um caso especial da emoção, deve ser interpretada com a cautela usual. Quando falamos dos efeitos de ansiedade, estamos dizendo que o próprio estado é uma causa, mas até onde nos referimos aqui, o termo meramente classifica um comportamento. Indica um conjunto de predisposições emocionais atribuídas a um tipo especial de circunstâncias. Qualquer tentativa terapêutica de reduzir os “efeitos da ansiedade” deve operar sobre essas circunstâncias, não sobre o estado interveniente. O termo médio não tem significado funcional, seja em uma análise teórica, seja no controle prático do comportamento.

## **14º Capítulo: Punição**

### **Subtítulo: Os efeitos da punição**

(14) Se a punição não é o oposto da recompensa, se não funciona subtraindo respostas onde o reforço as adicionou, o que é que faz? Podemos responder a esta pergunta com ajuda de nossa análise da fuga, da evitação e da ansiedade. A resposta não só fornece um quadro claro do efeito da punição, mas também explicação de seus lamentáveis subprodutos. A análise é um tanto pormenorizada, mas é essencial para o uso apropriado da técnica e para a terapia requerida para a correção de algumas de suas conseqüências.

### **Subtítulo: Alguns lamentáveis subprodutos da punição**

(15) Talvez o resultado mais perturbador seja obtido quando o comportamento punido for reflexo - por exemplo, chorar. Neste caso geralmente não é possível executar “exatamente o contrário”, pois o comportamento não é condicionado de acordo com a fórmula operante. O comportamento repressor deve, portanto, agir através de uma segunda etapa, como no controle operante do “comportamento involuntário” discutido no capítulo VI. Alguns exemplos serão considerados no capítulo XXIV, em que as técnicas da psicoterapia serão mostradas como principalmente preocupadas com os lamentáveis subprodutos da punição.

## **13º Capítulo: Função versus aspecto**

### **Subtítulo: Revisão de traços**

(16) Exemplifica-se o fato de que uma concepção do indivíduo como um sistema que se comporta pareça se fundamentar além do alcance de uma descrição-de-aspecto com um problema prático na psicologia clínica atual. Através do uso extensivo dos testes e outras medidas de aspectos do comportamento, caracteriza-se o indivíduo para propósitos de diagnóstico. Mas a informação resultante ajuda pouco ou nada na terapia lidando com o indivíduo como um sistema dinâmico. O clínico, o terapeuta, precisa deixar o “psicograma” da personalidade para voltar-se para o “senso comum” ou para um sistema conceitual inteiramente diferente - como a psicanálise, que, como veremos mais tarde, é semelhante a uma análise funcional. Atualmente, pouco ou nenhum esforço está sendo feito para reconciliar esses dois modos de lidar com o comportamento humano, talvez porque uma reconciliação pareça inatingível. A medida dos aspectos do comportamento está provavelmente associada com a crença de que o assunto da ciência é primordialmente o fornecimento de informações que estão sendo usadas para aprimorar a arte de lidar com as pessoas, não apenas na clínica, mas nas vendas, na educação, na família, no aconselhamento, nos problemas do trabalho, na diplomacia, etc. Mas a sabedoria especial que essa arte pressupõe, a penetração especial no comportamento humano que é necessária para fazer uso eficiente dessas informações, é exatamente aquilo que uma análise funcional oferece.

**14º Capítulo: A análise de casos complexos****Subtítulo: Efeitos múltiplos de uma única variável**

(17) Uma das objeções comuns à Lei do Efeito provê outro exemplo. A doutrina da “necessidade de gratificação” na psicoterapia baseia-se no fato de que o comportamento que teve sua probabilidade aumentada pela privação será enfraquecido pela saciação. Assim a saciação se transforma em um procedimento clínico. Por exemplo, o comportamento que é forte por ter sido reforçado com atenção pessoal pode enfraquecer se o indivíduo receber atenção ou se as privações primárias responsáveis pelo poder reforçador da atenção forem reduzidas. Da mesma forma, o comportamento que é forte porque obtém atenção pode ser enfraquecido dando-se afeição ou reforços primários apropriados. Argumentou-se que esses resultados contrariam a Lei do Efeito, que parece prever que o comportamento teria sua probabilidade aumentada, e não diminuída. Mas o caso é facilmente formulado em termos dos múltiplos efeitos de dar atenção ou afeição. Uma criança que se comporta de um modo anti-social para chamar a atenção sobre si, pode ser “curada” por uma considerável soma de atenção se a saciação tiver precedência sobre o reforço, como pode acontecer. Mas o que acontecerá quando a privação voltar? Se a “cura” faz o paciente voltar em busca de mais atenção ou afeição, o efeito reforçador é óbvio. (Isto pode ser evitado. Se se prescreve uma certa “necessidade de gratificação”, poderá ser dada quando o paciente não estiver se comportando mal. Isto irá produzir saciação sem reforçar o comportamento indesejável.)

**15º Capítulo: Autocontrole****Subtítulo: A “autodeterminação ” da conduta**

(18) As implicações práticas são provavelmente ainda maiores. Uma análise das técnicas através das quais o comportamento pode ser manipulado mostra a espécie de tecnologia que emerge à medida que a ciência progride, e indica o considerável grau de controle que correntemente se exerce. Os problemas levantados pelo controle do comportamento humano obviamente já não podem ser evitados pela recusa em reconhecer a possibilidade de controle. As últimas seções deste livro considerarão essas implicações práticas com mais pormenores. Na quarta seção, por exemplo, na análise do que geralmente é chamado comportamento social, veremos como um organismo utiliza os processos básicos do comportamento para controlar outro. O resultado é particularmente impressionante quando o indivíduo está sob o controle harmonioso de um grupo. Nossos processos básicos são responsáveis pelos procedimentos através dos quais o grupo ético controla o comportamento de cada um de seus membros. Um controle ainda mais eficiente é exercido por agências bem definidas como o governo, a religião, a psicoterapia, a

economia e a educação, certas questões-chaves referentes a esse controle serão consideradas na quinta seção. O problema geral de controle nos assuntos humanos será sumariado na sexta seção.

## **18º Capítulo: O eu**

### **Subtítulo: O eu como um sistema organizado de respostas**

(19) Uma relação importante entre diferentes eus é o autoconhecimento do capítulo XVII. O comportamento que chamamos “de conhecer” deve-se a uma espécie particular de reforço diferencial. Mesmo na comunidade mais rudimentar, questões como “o que você fez?” ou “o que você está fazendo?” compelem o indivíduo a responder ao seu próprio comportamento aberto. Provavelmente neste sentido ninguém é completamente inconsciente. No outro extremo, uma sociedade avançada e relativamente não-prática produz o indivíduo altamente introspectivo ou altamente introvertido, cujo repertório de autoconhecimento se estende ao seu comportamento coberto - um repertório que em algumas culturas pode ser quase inexistente. Um desenvolvimento extenso do autoconhecimento é comum em certas culturas orientais e recebe ênfase de tempos em tempos nas ocidentais - por exemplo, no culte do *moi* da literatura francesa. Por vezes, um eficiente repertório dessa espécie é estabelecido no indivíduo com propósitos de terapia. O paciente na psicanálise pode tornar-se extremamente hábil na observação de seu próprio comportamento coberto.

## **20º Capítulo: Controle pessoal**

### **Subtítulo: Controle de variáveis**

(20) O poder de manipular as condições que afetam outro indivíduo pode ser delegado ao indivíduo controlador por uma das agências organizadas que serão discutidas na quinta seção. A relação entre controlador e controlado pode assim ser caracterizada como a de governador a governado, sacerdote a fiel, terapeuta a paciente, empregador a empregado, professor a aluno, e assim por diante. Mas quase todos controlamos algumas variáveis relevantes, independentemente de papéis como os mencionados, que podem ser empregadas em benefício próprio. A isto se pode chamar controle pessoal. O tipo e a extensão dependem dos dons e da habilidade pessoal do controlador. O homem forte usa as variáveis que derivam de sua força. O rico recorre ao dinheiro. A jovem bonita usa reforço sexual primário ou condicionado. O fraco torna-se sicofanta. A megera controla através de estimulação aversiva.

(21) As limitações do controle pessoal levaram a um procedimento-padrão no qual as variáveis à disposição são primeiro manipuladas no sentido do estabelecimento e manutenção de contato entre controlador e controlado. Se esta aproximação for

bem-sucedida, outras possibilidades de controle podem então se desenvolver. A primeira tarefa do vendedor é manter seu comprador em perspectiva dentro de seu campo de ação - conversar com a dona-de-casa na porta e com o freguês na loja. Se ele tem controle suficiente para conseguir isso, pode então desenvolver seguramente outras manobras. O conselheiro, seja simplesmente um amigo, seja um terapeuta profissional, defronta-se com um problema semelhante. Sua primeira tarefa é assegurar-se de que o indivíduo que está sendo aconselhado continue a ouvir e a voltar para mais conselhos. Se isso pode ser feito, é possível chegar-se a novas linhas de controle.

### **Subtítulo: Técnicas de controle**

(22) Punição. O indivíduo que tem possibilidade de apresentar um reforço positivo ou retirar um negativo geralmente também tem possibilidades de apresentar o negativo e retirar o positivo, e dessa forma é capaz de punir. Punição não deve ser confundida com restrição física ou uso de estimulação aversiva. Todas essas três formas de controle comumente estão à disposição do mesmo indivíduo em razão da natureza do poder de controle, mas confinar um homem a uma cela para evitar que se comporte de uma certa maneira ou para induzi-lo a comportar-se de uma outra, para que possa ser solto não é o mesmo que confiná-lo para reduzir sua tendência a se comportar de uma dada maneira no futuro. No controle dos pacientes psicóticos, o confinamento é um meio de restrição e não de punição; e, por outro lado, algumas formas de punição acarretam quando muito apenas restrição momentânea. A punição como técnica de controle tem todas as desvantagens da restrição física e, ainda mais, todas as fraquezas apontadas no capítulo XII. Além disso, gera disposições emocionais que podem ser desvantajosas ou mesmo perigosas tanto para o controlador quanto para o controlado, como veremos na discussão da Psicoterapia no capítulo XXIV.

## **21º Capítulo: Controle pelo grupo**

### **Subtítulo: O efeito do controle do grupo**

(23) É claro, o poder do grupo é enorme. Mesmo o tirano político, o pai despótico, o líder em um bando de crianças, ou qualquer outro indivíduo excepcionalmente forte geralmente acaba por se sujeitar ao grupo como um todo. O de menor talento pode ser inteiramente tragado por ele. Ao discutir a Psicoterapia no capítulo XXIV consideraremos algumas das consequências do controle excessivo. Felizmente, o grupo raras vezes age eficientemente o bastante para levar sua vantagem ao limite. O poder total provavelmente nunca é sentido. As classificações do comportamento como “bom”, “mau”, “certo” ou “errado” raramente são muito nítidas. E não são apoiadas consistentemente por todos os membros do grupo. Certas subdivisões

organizadas do grupo, entretanto, podem fazer melhor uso de seu poder, como veremos na quinta seção.

## **22º Capítulo: Governo e lei**

### **Subtítulo: Agências controladoras**

(24) As agências a serem consideradas nesta seção foram escolhidas nos campos do governo, religião, psicoterapia, economia e educação. São áreas muito amplas, que não podem, naturalmente, ser aqui adequadamente tratadas. Afortunadamente, para nossos propósitos atuais não necessitamos de um relato exaustivo dos fatos históricos e comparativos a respeito de religiões, governos, sistemas econômicos, e assim por diante. Preocupam-nos apenas com as concepções encontradas sobre o indivíduo que se comporta nesses campos. Geralmente a Teologia tem muito a dizer a respeito do homem em sua relação com o universo. Com frequência as teorias do governo descrevem o homem como um animal político ou como um agente responsável perante a lei. A Psicoterapia é particularmente rica em “sistemas” do comportamento humano, e o “homem econômico” tem figurado proeminentemente na teoria econômica. Uma psicologia especial desenvolveu-se no campo da educação.

(25) Estas teorias do comportamento humano são, se o forem, raramente satisfatórias, mesmo em seus campos apropriados, e pode-se levantar contra elas objeção ainda maior. Cada concepção se baseia em um conjunto de fatos particulares e desenvolve-se e é usada principalmente para explicar esses fatos em separado. A concepção desenvolvida em um campo raramente se aplica, e nunca eficientemente, a outro. O que o cientista político tem a dizer a respeito do homem mostra-se de pouco valor para o psicoterapeuta, enquanto o indivíduo que emerge da psicologia educacional não traz consigo qualquer semelhança ao homem econômico. Não é provável que o organismo humano seja assim repartido em compartimentos estanques. Poderíamos chegar a uma formulação do comportamento que poderia ser aplicada a qualquer campo considerando todos os fatos históricos e comparativos de uma vez. Há, entretanto, um modo mais simples. Nossa concepção do comportamento humano não precisa ser deduzida dos fatos complexos que finalmente deve explicar. Nada nos obriga, por exemplo, a descobrir as características do animal político através do estudo dos fatos do governo. Se o animal político é o próprio homem, podemos estudá-lo alhures e muitas vezes em melhores condições. Uma análise funcional do comportamento provê uma concepção básica com a qual podemos abordar por seu turno cada um desses campos. Poder-se-á estar principalmente interessado em testar essa análise descobrindo se fornece uma descrição plausível do comportamento do indivíduo em cada caso mas, se pudermos obter essa descrição, deverá ser então possível

uma vantagem considerável sobre as formulações tradicionais. Nossa análise não apenas terá em cada caso o apoio do estudo científico do indivíduo sob condições ótimas de observação, mas será também comum a todos os campos. Será então possível considerar o efeito da cultura total sobre o indivíduo, no qual as agências controladoras e todos os outros aspectos do ambiente social trabalham conjunta e simultaneamente, e com um único efeito.

### **Subtítulo: Interpretações tradicionais**

(26) O mesmo estado transitório é evidente em outras discussões da responsabilidade. Na prática corrente um assassino que é julgado insano não recebe a pena de morte; é meramente encarcerado para evitar outro comportamento criminoso. O ponto de vista tradicional é o de que se ele não for “responsável”, não é “justo” que seja morto. Mas o mesmo procedimento pode ser defendido mais correntemente em termos de possibilidade de controle. Não se pode deter o demente ou corrigir o seu comportamento porque está, por definição, fora de controle. O constrangimento físico é a única técnica disponível e pode ser francamente adotada por essa razão. Graus menores de “irresponsabilidade” provam, depois de análise, ser apenas graus maiores de “falta de controle”. Quando, por testemunho adequado, pode ser demonstrado que alguém é incapaz de mudar sua conduta como resultado de punição legal repetida, este alguém será encarcerado permanentemente. Comumente não encaramos isso como retribuição; requer-se o encarceramento porque as outras técnicas de controle governamental falharam. Por vezes se reconhece que a psicoterapia, e não a punição legal, é o mais apropriado.

## **23º Capítulo: Religião**

### **Subtítulo: Contracontrole**

(27) Uma agência sempre opera dentro de certos limites. A agência religiosa pode entrar em conflito com outras agências religiosas que tentam controlar as mesmas pessoas ou com agências governamentais que têm programa diferente de controle. Muitas vezes ao controle religioso se opõem as agências econômicas e educacionais e como veremos no capítulo XXIV, a Psicoterapia.

## **23º Capítulo: Psicoterapia**

(28) Psicoterapia (título do cap)

### **Subtítulo: Certos subprodutos do controle**

(29) Os subprodutos do controle que incapacitam o indivíduo ou que são perigosos seja para o indivíduo seja para os outros, constituem o campo da Psicoterapia. Discuti-la-emos como um tipo de agência controladora. Entre as espécies de comportamento com os quais lida podemos distinguir certos efeitos primariamente no campo da emoção e outros no comportamento operante.

### **Subtítulo: Psicoterapia como uma agência controladora**

(30) Psicoterapia como uma agência controladora (subtítulo)

(31) O comportamento inconveniente ou perigoso para o próprio indivíduo, ou para os outros, muitas vezes requer “tratamento”. Antigamente o tratamento era deixado aos amigos, pais, ou conhecidos, ou a representantes das agências controladoras. No simples “bom conselho” se recomenda um curso de ação que teria conseqüências vantajosas. Uma grande parte da terapia casual está prescrita em provérbios, tradições e outras formas de sabedoria popular.

(32) A Psicoterapia representa uma agência especial que se preocupa com esse problema. Não é uma agência organizada, como o governo ou a religião, mas uma profissão, cujos membros observam procedimentos mais ou menos padronizados. A Psicoterapia já se tomou uma fonte de controle importante na vida de muitas pessoas, e portanto alguma explicação se faz necessária.

(33) Diagnóstico. É claro, o psicoterapeuta deve saber alguma coisa a respeito do paciente que está tratando. Deve ter certas informações acerca de sua história, sobre o comportamento que necessita ser tratado, e sobre as circunstâncias nas quais o paciente vive. Na psicologia clínica se tem dado ênfase especial ao exame do paciente. Como conduzir uma entrevista, como obter uma história de vida, como analisar encadeamentos de pensamento na associação livre, como determinar probabilidades de resposta a partir de testes projetivos ou sonhos, como usar essas probabilidades para inferir histórias de privação, reforço, ou estimulação emocional, tudo isso tem sido estudado. Testes de inteligência e de outros traços têm sido inventados para habilitar o terapeuta a prever quão prontamente o paciente reagirá a várias espécies de terapia.

(34) Muitas vezes se faz supor que o diagnóstico, meramente como uma coleção de informações a respeito do paciente, é o único ponto no qual uma ciência do comportamento pode ser útil na terapia. Uma vez reunidos todos os fatos a respeito do paciente deixa-se o tratamento à recomendação criteriosa e ao bom senso. É um exemplo do grande mal-entendido na aplicação dos métodos da ciência do comportamento humano. A coleção de fatos é apenas o primeiro passo em uma análise científica. Demonstrar as relações funcionais é o segundo. Quando as

variáveis independentes estão sob controle, estas relações levam diretamente ao controle da variável dependente. No caso presente, controle significa terapia. Uma ciência do comportamento adequada deveria dar talvez uma contribuição maior para a terapia do que para o diagnóstico. Não obstante, a extensão da ciência à terapia tem encontrado resistência, possivelmente por certas razões que serão consideradas no capítulo XXIX.

(35) Os passos que devem ser dados para corrigir uma determinada condição de comportamento seguem-se diretamente de uma análise dessa condição. Se podem ser efetivados depende, é claro, de se saber se o terapeuta tem controle sobre as variáveis relevantes.

(36) Terapia. O poder inicial do terapeuta como agente controlador se origina do fato de que a condição do paciente é aversiva e de que, portanto, qualquer promessa de alívio é positivamente reforçadora. Explicar por que o paciente volta ao terapeuta em qualquer dada instância requer a análise de uma história muito complicada, e grande parte da qual é verbal. As promessas de auxílio, vários indícios que tornam essas promessas eficazes, o prestígio do terapeuta, relatórios de melhora em outros pacientes, ligeiros sinais de melhora no próprio paciente, indícios da sabedoria do terapeuta em outras matérias, tudo entra no processo mas de um modo muito complexo para ser analisado aqui. Em acréscimo o terapeuta pode usar variáveis que estão ao seu alcance no controle pessoal, ou como um membro do grupo ético, ou que se deriva de sua aparência com membros da família do paciente ou com agentes religiosos ou governamentais que já estabeleceram controle sobre o paciente de outros modos.

(37) Tudo considerado, entretanto, o poder inicial do terapeuta não é muito grande. Como o efeito que ele deve conseguir requer tempo, sua primeira tarefa é assegurar-se de que haverá tempo disponível. O terapeuta usa seja qual for o poder limitado que originalmente possui para assegurar-se de que o paciente continuará a ter contato com ele - que o paciente voltará para continuar o tratamento. Contudo, à medida que o tratamento progride seu poder aumenta. Assim como um sistema social organizado se desenvolve, o terapeuta se torna uma importante fonte de reforço. Se tem sucesso em fornecer alívio, o comportamento do paciente de voltar a ele em busca de auxílio será reforçado. A aprovação do terapeuta pode vir a ser especialmente eficiente. A medida que o seu conhecimento do paciente se desenvolve, também pode sugerir esquemas ou rotinas que afetem níveis de privação ou saciação, que disponham de apresentação de estímulos que levem ao condicionamento ou à extinção de reflexos emocionais, que eliminem situações estimuladoras que tenham conseqüências desastrosas, etc. Esses esquemas, adotados primeiro por causa do controle verbal do terapeuta, finalmente adquirem outras fontes de força, se o seu efeito sobre a condição do paciente for reforçador.

(38) A audiência não-punitiva. Deve-se a Sigmund Freud a mais comum, correntemente, das técnicas de terapia. Tem sido caracterizada de muitos modos diferentes em muitas das diferentes teorias do comportamento. Na medida em que aqui nos toca, pode ser simplesmente descrita deste modo: o próprio terapeuta constitui uma audiência não-punitiva. O processo através do qual isso acontece pode levar tempo. Do ponto de vista do paciente, o terapeuta em princípio é apenas mais um membro de uma sociedade que tem exercido excessivo controle. E tarefa do terapeuta colocar-se em situação diferente. Evita portanto consistentemente o uso da punição. Não critica o paciente nem levanta objeção alguma a nenhum de seus comportamentos. Não aponta erros de pronúncia, gramática ou lógica. Particularmente, evita qualquer sinal de contra-agressão quando o paciente de alguma maneira critica-o ou o ofende. O papel de não punir fica mais claro quando o terapeuta freqüentemente responde de modo incompatível com a punição, por exemplo, retruca com uma ostensiva demonstração de amizade um ataque agressivo, ou trata sumariamente com um casual “Isso é interessante”, o relato pelo paciente de um comportamento punível.

(39) À medida que o terapeuta gradualmente se estabelece como uma audiência não-punitiva, o comportamento que até então foi reprimido começa a aparecer no repertório do paciente. Por exemplo, o paciente pode lembrar um episódio previamente esquecido no qual foi punido. As experiências anteriores nas quais o controle aversivo foi primeiro sentido, e que permaneceram reprimidas, muitas vezes fornecem exemplos dramáticos. O paciente também pode começar a descrever tendências atuais para se comportar de modo punível: pode falar errado, illogicamente, ou em termos obscenos ou blasfematórios, ou pode criticar ou insultar o terapeuta. O comportamento não-verbal que foi anteriormente punido também pode começar a aparecer: pode tornar-se socialmente agressivo ou pode desculpar o próprio egoísmo. Se esse comportamento estava inteiramente reprimido, pode a princípio alcançar apenas o nível encoberto; o indivíduo pode se comportar verbal ou não-verbalmente “consigo mesmo” - como na fantasia do comportamento punido, o comportamento mais tarde pode vir a ser trazido abertamente. O paciente pode também começar a exibir emoções fortes: pode ter uma crise de choro, dar uma demonstração violenta de temperamento, ou ficar “histericamente” doente.

(40) Se, em face desse comportamento, o terapeuta tiver sucesso na manutenção de sua posição como não-punidor, o processo de redução do efeito da punição se acelera. Cada vez mais comportamentos punidos fazem o seu aparecimento. Se, contudo, o terapeuta se toma crítico, ou pune de outra forma, ou ameaça punir, ou se o comportamento previamente punido começa a ser emitido muito rapidamente, o processo pode cessar repentinamente. A condição aversiva que se origina para reverter a tendência algumas vezes se denomina “resistência”.

(41) Há um segundo estágio no processo terapêutico. O aparecimento do comportamento previamente punido na presença de uma audiência não-punitiva torna possível a extinção de alguns efeitos da punição. Esse é o principal resultado da terapia. Os estímulos automaticamente gerados pelo próprio comportamento do paciente tornam-se menos e menos aversivos e com menor probabilidade de gerar reações emocionais. O paciente sente-se menos errado, menos culpado, ou menos pecador. Como consequência direta é menos provável que exiba as várias formas de comportamento operante que, como vimos, fornecem um meio de fugir desta estimulação autogerada.

### **Subtítulo: Psicoterapia versus controle religioso e governamental**

(42) Psicoterapia versus controle religioso e governamental (subtítulo do cap)

(43) A principal técnica da Psicoterapia destina-se assim a reverter as mudanças comportamentais que aconteceram como resultado da punição. Com muita frequência essa punição foi administrada por agências religiosas ou governamentais. Há, portanto, uma certa oposição entre Psicoterapia e controle religioso e governamental. A oposição também aparece quando o psicoterapeuta advoga mudanças em técnicas controladoras estabelecidas. Por exemplo, pode recomendar uma modificação da ação da polícia contra jovens delinquentes ou certos tipos de personalidades psicopáticas. Essa oposição tem atraído considerável atenção. Representantes de algumas agências religiosas acusaram psicoterapeutas de fomentar tendências imorais e, por razões similares, funcionários governamentais resistem às reformas propostas pelos psicoterapeutas.

(44) As técnicas disponíveis para as agências religiosas e governamentais são extremamente poderosas, e freqüentemente são mal empregadas, com desvantagens tanto para o indivíduo quanto para o grupo. Certo grau de contracontrole por parte da Psicoterapia ou de agência semelhante, portanto, muitas vezes se faz necessário. Como as variáveis que estão sob controle do psicoterapeuta são muito fracas, e como ele deve operar dentro de certos limites éticos, religiosos e legais, dificilmente pode ser encarado como uma séria ameaça. Consideraremos na sexta seção a possibilidade de se decidir em última instância a respeito do “melhor” grau de controle religioso ou governamental.

### **Subtítulo: Interpretações tradicionais**

(45) Constata-se facilmente o que está errado com o indivíduo que apresenta esses subprodutos da punição. Uma determinada história pessoal produziu um organismo cujo comportamento é desvantajoso ou perigoso. Em que sentido é desvantajoso ou

perigoso, deve ser especificado em cada caso, notando-se as conseqüências tanto para o próprio indivíduo quanto para os outros. A tarefa do terapeuta é completar uma história pessoal de tal modo que o comportamento já não tenha essas características.

(46) Entretanto, não é este o ponto de vista tradicional. O campo da Psicoterapia é rico em ficções explicativas. O próprio comportamento não tem sido aceito por si só como objeto de estudo, mas apenas como uma indicação de que há alguma coisa errada em algum outro lugar. Diz-se que a tarefa da terapia é remediar uma doença interna da qual as manifestações comportamentais são meros “sintomas”. Assim como as agências religiosas dão a maior importância à salvação ou piedade; as agências governamentais à justiça, liberdade ou segurança; a Psicoterapia se dedica a elevar ao máximo a saúde mental ou o ajustamento pessoal. Esses termos são geralmente negativos porque são definidos pela especificação do comportamento doentio ou desajustado, que está ausente na saúde ou no ajustamento. Frequentemente, a condição a ser corrigida denomina-se “neurótica”, e a coisa a ser atacada pela Psicoterapia identifica-se então como uma “neurose”. O termo já não acarreta a implicação original de um desarranjo no sistema nervoso, mas, não obstante, é um infeliz exemplo de uma ficção explicativa. Tem encorajado o psicoterapeuta a evitar a especificação do comportamento a ser corrigido ou a demonstração do porquê de ser desvantajoso ou perigoso. Sugerindo uma única causa para distúrbios múltiplos, tem feito supor uma uniformidade não encontrada nos dados. Acima de tudo, tem encorajado a crença de que a Psicoterapia consiste na remoção de certas causas internas de doenças mentais, como o cirurgião remove um apêndice inflamado ou um tumor canceroso, ou como um alimento indigesto é purgado do corpo. Vimos o bastante das causas internas para entender por que essa doutrina tem dado à Psicoterapia uma incumbência impossível. Não é uma causa interna do comportamento, mas o próprio comportamento que - na analogia médica da catarse - deve ser “tirado do corpo”.

(47) Na suposição de que as causas internas do comportamento neurótico ou desajustado sejam passíveis de abordagem fisiológica exaustiva, algumas vezes tenta-se a cura através de administração de drogas, com operações cirúrgicas no sistema nervoso, ou pelo uso de drogas ou eletrochoques que gerem convulsões violentas. Essa terapia obviamente se dirige para uma suposta condição subjacente e não para o próprio comportamento ou para as variáveis manipuláveis fora do organismo, às quais o comportamento pode ser atribuído. Mesmo a terapia “funcional”, na qual as variáveis externas são manipuladas, muitas vezes é descrita com as mesmas figuras de retórica. Encara-se o terapeuta como alguém que extermina uma fonte de confusão. A concepção não está longe do ponto de vista - que muita gente ainda sustenta - de que o comportamento neurótico se origina porque o Diabo ou alguma outra personalidade inoportuna “possui” temporariamente

o corpo. O tratamento tradicional consiste em exorcizar o Diabo - tirá-lo de dentro do indivíduo criando circunstâncias que sejam apropriadamente aversivas para ele - e alguns tratamentos de personalidades múltiplas diferem disto apenas ao evitar implicações teológicas. Os demônios menores da teoria moderna são as ansiedades, os conflitos, os desejos e as memórias reprimidas. Assim que a emoção “contida” for purgada, resolve-se o conflito e libertam-se as memórias e os desejos reprimidos.

(48) Essa visão da doença mental e da terapia muito deve a Sigmund Freud. Parece resistir às críticas em grande parte por causa das contribuições de Freud em outras direções. Sua maior realização, como disse um de seus discípulos recentemente, foi aplicar o princípio de causa e efeito ao comportamento humano. Aspectos do comportamento que até então tinham sido encarados como caprichosos, sem propósito, ou acidentais, foram atribuídos por Freud a variáveis relevantes. Infelizmente, preferiu representar as relações que descobriu com um conjunto elaborado de ficções explicativas. Caracterizou o ego, o superego e o id como habitantes de um mundo psíquico ou mental subdividido em regiões consciente, pré-consciente e inconsciente da mente. Dividiu entre essas personalidades um certo total de energia psíquica que fluía de uma para outra como uma espécie de sistema hidráulico. Curiosamente, foi Freud mesmo quem preparou o caminho para o descrédito dessas facções explicativas. Insistindo em que muitos eventos mentais não poderiam ser diretamente observados, mesmo pelo próprio indivíduo, ampliou o escopo da ficção psíquica. Freud explorou ao máximo todas as possibilidades, mas ao mesmo tempo encorajou uma análise do processo de inferência através dos quais esses eventos poderiam ser conhecidos. Não foi tão longe a ponto de concluir que as referências a esses eventos pudessem ser inteiramente evitadas; mas isto foi uma consequência natural do exame posterior dos dados.

(49) As concepções que Freud tinha dos distúrbios mentais e da terapia eram estritamente relacionadas com a concepção de uma vida mental. A Psicanálise foi encarada como psicologia profunda preocupada com a descoberta de conflitos, repressões e móveis internos impossíveis de serem observados de outro modo. O comportamento do organismo era muitas vezes encarado como um subproduto relativamente sem importância, em uma luta furiosa ocorrendo abaixo da superfície da mente. Um desejo reprimido, como resultado de consequências aversivas, luta por fugir. Ao fazê-lo recorre a certos artifícios que Freud denominou “dinamismos” - truques que o desejo reprimido usa para evadir-se aos efeitos da punição. A terapia se preocupa com a descoberta do desejo reprimido e com o seu extermínio, ou ocasionalmente com uma repressão mais segura, de forma que os sintomas desapareçam.

(50) A presente visão da terapia é diferente. O desejo freudiano é um artifício para representar uma resposta com uma dada probabilidade de ocorrência. Qualquer efeito da “repressão” deve ser o efeito das variáveis que levaram seja à própria resposta, seja ao comportamento repressor. Temos que perguntar por que a resposta foi emitida da primeira vez, por que foi punida, quais as variáveis ativas no presente. Responder a estas questões deverá explicar o comportamento neurótico. Onde, no esquema freudiano, o comportamento é meramente o sintoma de uma neurose, na presente formulação é o objeto direto da inquirição.

(51) Essas manifestações são simplesmente as respostas de uma pessoa que teve uma história particular. Não são nem os sintomas nem a expressão sub-reptícia de desejos ou impulsos reprimidos. Os dinamismos não são as maquinações inteligentes de um impulso agressivo lutando para fugir da censura restritiva do indivíduo ou da sociedade, mas o resultado de complexos conjuntos de variáveis. A terapia não consiste em libertar um impulso perturbador, mas na introdução de variáveis que compensem ou corrijam uma história que produziu o comportamento indesejável. A emoção reprimida não é a causa do comportamento desordenado: é parte dele. Não ser capaz de lembrar um acontecimento passado não produz sintomas neuróticos; é em si mesmo um exemplo de comportamento deficiente. É bem possível que na terapia a emoção reprimida e o sintoma comportamental possam desaparecer ao mesmo tempo ou que uma memória reprimida seja lembrada quando o comportamento desajustado tiver sido corrigido. Mas isso não significa que um desses eventos seja causa do outro. Ambos podem ser produtos de uma história ambiental que a terapia alterou.

(52) Ao dar ênfase ao próprio comportamento neurótico em lugar de qualquer condição interna que pretenda explicá-lo, pode-se argumentar que estamos cometendo o imperdoável pecado de “tratar o sintoma no lugar da causa”. Essa expressão muitas vezes se aplica na tentativa de remover aspectos indesejáveis do comportamento sem atenção para fatores causais, por exemplo, “curar” a gagueira por um curso de exercícios vocais, a má postura pela aplicação de coletes ortopédicos, ou chupar o dedo impregnando o polegar com uma substância amarga. Essa terapia parece desprezar o distúrbio subjacente do qual essas características do comportamento são sintomas. Mas ao argumentar que o comportamento é o objeto da terapia e não o sintoma do objeto, não estamos cometendo o mesmo engano. Explicando um dado exemplo de comportamento desvantajoso em termos de uma história pessoal e alterando ou suplementando a história como uma forma de terapia, estamos considerando as verdadeiras variáveis às quais o teórico tradicional deve voltar-se, em última instância, para uma explicação de suas supostas causas interiores.

**Subtítulo: Outras técnicas terapêuticas**

(53) Outras técnicas terapêuticas (subtítulo do cap)

(54) Há muitos outros modos pelos quais o comportamento que necessita de remédio pode ser corrigido. Quando a dificuldade não pode ser atribuída ao uso excessivo da punição ou a outras circunstâncias aversivas na história do indivíduo, devem ser desenvolvidas técnicas terapêuticas diferentes. Há o caso inverso, por exemplo, no qual o controle ético, governamental ou religioso foi inadequado. O indivíduo pode não ter estado em contato com os agentes controladores, pode ter se mudado para uma cultura diferente em que seu treinamento anterior é inadequado, ou talvez não esteja facilmente acessível ao controle. A terapia consistirá então no fornecimento de variáveis controladoras adicionais. Quando o indivíduo estiver inteiramente fora de controle, não será fácil achar técnicas terapêuticas eficientes. Neste caso se diz que o indivíduo é psicótico.

(55) Algumas vezes o terapeuta deve construir um novo repertório que seja eficiente no mundo em que o paciente se encontra. Talvez um comportamento conveniente já integrante do repertório do paciente precisa ter sua probabilidade de emissão aumentada, ou respostas adicionais talvez precisem ser acrescentadas. Como o terapeuta não pode antever todas as circunstâncias com as quais o paciente vai se defrontar, deve também estabelecer um repertório de autocontrole através do qual o paciente seja capaz de se ajustar às circunstâncias à medida que surjam. Esse repertório consiste principalmente em melhores meios de fugir da auto-estimulação aversiva condicionada pela punição.

(56) Essas técnicas construtivas podem ser necessárias depois que a audiência não-punidora do terapeuta tenha tido seu efeito. Se a condição que está sendo corrigida é o subproduto de circunstâncias controladoras que não mais existem na vida do paciente, o alívio dos efeitos do controle excessivo pode ser suficiente. Mas se o paciente estiver continuamente sujeito a controle excessivo ou inábil, a terapia deve ser mais construtiva. Pode-se ensinar o paciente a evitar ocasiões nas quais tenha probabilidade de se comportar de modos puníveis, mas isso pode não ser suficiente. Um repertório eficaz, particularmente dotado de técnicas de autocontrole, deverá ser constituído.

(57) Assim como a tradicional concepção da responsabilidade fica abandonada tão logo os governos se voltem para técnicas de controle outras que o uso da punição, também a concepção de terapia como a eliminação de causas internas de confusão não se aplica para a explicação dessas técnicas construtivas. Há, contudo, uma explicação aproximadamente paralela que tem sido aplicada a todas as técnicas de terapia. Quando um terapeuta encontra um paciente pela primeira vez, defronta-se com um “problema” no sentido do capítulo XVI. O paciente geralmente mostra um

padrão novo de comportamento desvantajoso ou perigoso, junto com uma nova história em termos do qual o comportamento deve ser entendido. O particular curso de terapia necessário para alterar ou suplementar essa história pode não ser imediatamente claro. Entretanto, o terapeuta finalmente pode “ver o que está errado” e ser capaz de sugerir um curso de ação corretiva; essa é a solução do problema. Hoje a experiência terapêutica tem mostrado que, quando essa solução é proposta a um indivíduo, pode não ser eficiente, mesmo que, até onde saibamos, seja correta. Mas se o paciente chega sozinho à solução, é muito mais provável que adote um curso de ação eficiente. A técnica do terapeuta leva esse fato em consideração. Assim como o psicanalista pode esperar que uma lembrança reprimida se manifeste por si só, também o terapeuta não-analista espera pela emergência de uma solução do paciente. Mas aqui novamente podemos facilmente interpretar mal a relação causal. “Achar uma solução” não é terapia, não importando quem faz a descoberta. Contar ao paciente que ele está errado pode não trazer nenhuma mudança substancial nas variáveis independentes relevantes, e por isso pode representar pouco progresso em direção à cura. Quando o próprio paciente vê que está errado, não é o fato de que a solução partiu de dentro dele que é importante, mas o que importa é que, para descobrir sua própria solução, seu comportamento com relação ao problema deve ter se alterado enormemente. Depreende-se da natureza do comportamento desvantajoso ou perigoso que deve ser consumada uma mudança substancial se o indivíduo tem que identificar as variáveis importantes. Uma solução que parte do sujeito representa assim um considerável grau de progresso. Nenhum progresso semelhante está implícito quando o terapeuta enuncia a solução. A terapia consiste, não em levar o paciente a descobrir a solução para seu problema, mas em mudá-lo de tal modo que seja capaz de descobri-la.

### **Subtítulo: Explicação da agência psicoterapêutica**

(58) Explicação da agência psicoterapêutica (subtítulo do cap)

(59) O terapeuta se empenha na terapia principalmente por razões econômicas. A terapia é uma profissão. Os serviços que o terapeuta presta são suficientemente reforçadores para o paciente e para os outros para permitir que os troque por dinheiro (capítulo XXV). Geralmente o terapeuta também é reforçado pelo êxito no alívio das condições de seus pacientes. Isto tem especial probabilidade de ser verdade em uma cultura que reforça o auxílio a outros como um procedimento ético padrão. Frequentemente outro tipo importante de reforço para o terapeuta é o sucesso na manipulação do comportamento humano. Pode ter um interesse pessoal, por exemplo, em provar o valor de uma teoria determinada do comportamento neurótico ou de um procedimento terapêutico. Esses efeitos de

retorno sobre a agência determinarão a longo prazo a composição da profissão na Psicoterapia e a uniformidade de seus procedimentos.

(60) Em certos estágios da Psicoterapia o terapeuta pode ganhar um grau de controle que é mais poderoso que o de muitos agentes religiosos ou governamentais. Há sempre a possibilidade, como em qualquer agência controladora, de que o controle seja exorbitado. O contracontrole que desencoraja o abuso do poder é representado pelos padrões éticos e procedimentos da profissão organizada de psicoterapeuta. O perigo de abusar pode explicar, como veremos no capítulo XXIX, a corrente popularidade de teorias de Psicoterapia que negam que o comportamento humano possa em última análise ser controlado ou que recusam deliberadamente aceitar a responsabilidade do controle.

## **25º Capítulo: Controle econômico**

### **Subtítulo: "Economia"**

(61) A teoria econômica tem se inclinado especialmente para o uso do princípio dos máximos e dos mínimos. A liberdade, a justiça, a segurança da agência governamental, a salvação e a piedade da agência religiosa, a saúde mental e o ajustamento da Psicoterapia têm seus paralelos na “riqueza”, nos “lucros”, na “utilidade” e em muitos outros conceitos em termos dos quais as transações econômicas têm sido avaliadas. Como a qualificação é encorajada na teorização econômica pelas úteis dimensões do dinheiro como um reforçador generalizado, pode parecer que essas entidades adaptam-se mais facilmente a uma análise funcional. Mas ainda não se mostrou que sejam, de fato, mais úteis na previsão ou no controle de uma dada transação econômica do que seus correspondentes em outros campos. A concepção do comportamento econômico que emerge de uma análise funcional oferece uma possibilidade alternativa. O presente capítulo tratou, é claro, apenas com uma pequena fração de muitos tipos de transações econômicas que podem ser observadas em qualquer grupo grande de pessoas, mas uma ciência adequada do comportamento forneceria uma explicação satisfatória do comportamento individual que é responsável pelos dados da economia em geral.

### **Subtítulo: Contracontrole**

(62) Como no controle religioso, governamental ou psicoterapêutico, o poder econômico pode ser usado para favorecer os interesses especiais daqueles que o possuem. O controle excessivo gera comportamento da parte do controlado que impõe um limite prático. O grupo como um todo geralmente condena o uso excessivo da riqueza como mau ou errado, e classifica o uso caridoso como bom ou certo. Certo contracontrole também é exercido pelas agências religiosas e governamentais.

**26º Capítulo: Educação****Subtítulo: Reforço educacional**

(63) Pode-se tornar mais eficientes os reforçadores condicionados da agência educacional mostrando a conexão com contingências naturais que serão encontradas mais tarde. Informando o estudante das vantagens que obterá da educação, a própria educação pode adquirir um valor reforçador. Muitas instituições educacionais, portanto, voltaram-se para o aconselhamento e as várias formas de terapia como técnicas auxiliares.

**27º Capítulo: Cultura e controle****Subtítulo: O ambiente social como cultura**

(64) No sentido mais amplo possível, a cultura na qual um indivíduo nasce se compõe de todas as variáveis que o afetam e que são dispostas por outras pessoas. O ambiente social em parte é o resultado daqueles procedimentos do grupo que geram o comportamento ético e a extensão desses procedimentos aos usos e aos costumes. Em parte, é a realização de todas as agências consideradas na quinta seção e de várias sub agências com as quais o indivíduo pode entrar em contato, especialmente íntimo. A família do indivíduo, por exemplo, pode controlá-lo através de uma extensão das técnicas religiosas ou governamentais, pela Psicoterapia, através do controle econômico, ou como uma instituição educacional. Os grupos especiais ao qual pertence do grupo de brinquedos ou turma de rua, até organizações sociais de adultos - têm efeitos semelhantes. Determinados indivíduos podem também exercer formas especiais de controle. Uma cultura, então, em seu sentido mais amplo, é enormemente complexa e extraordinariamente poderosa.

(65) Contudo, não é unitária. Não há em qualquer grupo numerosas contingências de controle universalmente observadas. Usos e costumes divergentes com frequência entram em conflito - por exemplo, no comportamento dos filhos de imigrantes, cujos reforços sociais oferecidos pela família podem não coincidir com os fornecidos pelos vizinhos e amigos. Diferentes instituições ou agências de controle podem operar modos diferentes de conflitos; a educação secular muitas vezes entra em conflito com a educação religiosa, e o governo com a Psicoterapia, enquanto o controle econômico divide-se caracteristicamente entre muitos grupos que exercem seu poder de diferentes maneiras.

**Subtítulo: O efeito da cultura sobre o comportamento**

(66) Nível de trabalho. No sentido de que partes determinadas do repertório de nosso sujeito mostram dadas probabilidades como resultado de reforço, dizemos

que ele mostra um dado nível de interesse, entusiasmo ou isenção de “fadiga mental”. Descobriremos, provavelmente, um alto nível de comportamento relevante se o ambiente físico incluir um clima favorável, um fornecimento adequado de alimento, e outros recursos. Também é importante que o reforço positivo abundante seja fornecido pela família, pelo grupo como um todo, por vários subgrupos, bem como por agências governamentais, religiosas, psicoterapêuticas, econômicas e educacionais.

## **27º Capítulo: Planejamento de uma cultura**

(67) Em muitos grupos culturais observamos procedimentos que poderiam ser descritos como “modificando as práticas”. Os grandes livros religiosos fornecem muitos exemplos de construção deliberada de um ambiente social. Os Dez Mandamentos foram uma codificação de práticas existentes, e propostas de acordo com a qual, daí por diante, o comportamento deveria ser reforçado ou punido pelo grupo ou pela agência religiosa. Os ensinamentos de Cristo foram mais nítidos como um novo planejamento. No controle governamental, a decretação de uma lei geralmente estabelece novas práticas culturais, e uma constituição é empreendimento semelhante em escala maior. Os currículos experimentais nas escolas e colégios, livros sobre como cuidar das crianças que recomendam mudanças substanciais nas práticas familiares, são tentativas de manipular partes importantes da cultura. O ambiente social se altera até certo ponto quando uma nova técnica de Psicoterapia se origina de uma teoria ou do estudo experimental do comportamento humano. A legislação social cria um ambiente experimental no qual o comportamento é mais freqüentemente reforçado com alimento roupas, habitação, etc., e no qual certos tipos de privação têm menor probabilidade de ocorrer. O planejamento da estrutura de uma grande indústria ou agência governamental é um experimento de planejamento cultural. Todos esses são exemplos de manipulação de pequenas partes do ambiente social; o chamado pensamento “utópico” abrange o planejamento de uma cultura como um todo.

(68) Portanto, a manipulação deliberada da cultura é em si mesma uma característica de muitas culturas - fato a ser explicado por uma análise científica do comportamento humano. Propor uma mudança em prática cultural, fazer a mudança e aceitar o mudado, são partes do nosso objeto de estudo. Embora esta seja uma das mais complexas das atividades humanas, o padrão básico parece claro. Uma vez demonstrado que um dado aspecto do ambiente tem um efeito reforçador sobre o comportamento humano, seja por si mesmo, seja como fuga de condição mais aversiva, a construção desse ambiente é tão facilmente explicável quanto acender o fogo ou fechar uma janela quando a sala estiver fria demais. O médico aconselha o paciente que pare de comer certo alimento para que não mais tenha problemas de alergia, porque observou uma conexão entre o alimento e a alergia. O

psicoterapeuta aconselha o paciente a mudar para um trabalho em que se adapte melhor para que sofra menos de um sentimento de fracasso, porque uma conexão semelhante foi estabelecida. O economista aconselha o governo a impor pesadas taxas para cessar a inflação porque ainda outra relação foi observada. Todos esses exemplos acarretam muitos passos pormenorizados, muitos deles verbais, e necessitaríamos de uma análise mais detalhada do pensamento científico do que a que aqui pode ser feita para dar uma explicação razoável dos casos particulares. Mas o processo é claro para permitir alguma interpretação.

### **Subtítulo: Podemos estimar o valor de sobrevivência?**

(69) Mas há uma dificuldade, e é muito séria. A sobrevivência não terá um efeito útil sobre o comportamento do planejador cultural a menos que ele possa calcular efetivamente o valor da sobrevivência. Um número de problemas atuais sugere que isso nem sempre é possível. Podemos mudar o padrão de vida da família e das instituições educacionais de forma que as crianças possam crescer e virem a ser pessoas mais felizes, mas estaremos seguros de que as pessoas felizes têm maior probabilidade de sobreviver no mundo de hoje? O psicoterapeuta se defronta com um problema comparável que é melhor exemplificado pelas palavras do próprio Freud. Por um lado, Freud estava interessado em curar as neuroses e, por outro lado, em demonstrar a importância dos feitos do homem neurótico. Um grupo de pessoas não-neuróticas poderia apresentar falta de iniciativa científica e artística? Da mesma forma, no planejamento governamental, pode ser possível dar a todos uma medida considerável de segurança, mas o governo que o faz será então apoiado por pessoas enérgicas, produtivas e inventivas?

### **29º Capítulo: O problema do controle**

(70) Recusa do controle. Uma solução alternativa é a rejeição deliberada da oportunidade para controlar. O melhor exemplo disso vem da Psicoterapia. Muitas vezes o terapeuta tem consciência de seu poder sobre o indivíduo que vem a ele em busca de auxílio. O abuso desse poder requer, como vimos, padrões éticos não-usuais? Cari R. Rogers escreveu: "Não se pode assumir a responsabilidade de avaliar as habilidades, motivos, conflitos e necessidades de uma pessoa; pois avaliar o ajustamento que é capaz de conseguir, o grau de reorganização que poderia suportar, os conflitos que poderia resolver, o grau de dependência do terapeuta que se poderia desenvolver, e os objetivos da terapia, sem que um grau significativo de controle sobre o indivíduo viesse a ser um subproduto inevitável. À medida que esse processo se estenda para mais e mais pessoas, como é o exemplo de milhares de veteranos de guerra significa um controle sutil de pessoas e de seus valores e objetivos por um grupo que se selecionou para o controle. O fato de que é um controle sutil e bem intencionado apenas faz com que as pessoas

tenham menos probabilidade de perceber que o estão aceitando.”<sup>1</sup> A solução de Rogers é diminuir ao máximo o contato entre paciente e terapeuta a ponto de que o controle parece ter desaparecido.

(71) Entretanto, recusar-se a aceitar o controle é meramente deixar o controle em outras mãos. Rogers alegou que o indivíduo tem em si mesmo a solução de seus problemas e por essa razão o terapeuta não precisa empreender uma ação positiva. Mas quais são as fontes finais da solução interior? Se o indivíduo é o produto de uma cultura na qual há um treinamento religioso e ético marcante, na qual o controle governamental e a educação são eficientes, na qual o reforço econômico funcionou de um modo aceitável, e na qual há uma sabedoria leiga substancial aplicável aos problemas pessoais, ele pode muito bem “achar uma solução”, e um terapeuta não se faz necessário. Mas se o indivíduo for o produto de um controle excessivo, inábil, ou de alguma outra forma prejudicial, ou se recebeu treinamento ético ou religioso atípico, ou for sujeitado a privações extremas, ou se recebeu reforços econômicos poderosos por um comportamento associal, nenhuma solução aceitável pode estar disponível “dentro dele”. No governo uma filosofia de *laissez-faire* será eficiente se o cidadão estiver em contato com agências religiosas, educacionais e de outros tipos, que forneçam o controle que o governo se recusa a exercer. O programa da anarquia, que alega que o homem florescerá assim que o controle governamental for retirado, usualmente negligência na identificação de outras forças controladoras que adaptam o homem a um sistema social estável. Uma “sociedade livre” é aquela na qual o indivíduo é controlado por agências outras que o governo. A “fé no homem comum” que torna possível uma filosofia da democracia, na realidade é uma fé em outras fontes de controle. Quando a estrutura governamental dos Estados Unidos da América estava sendo elaborada, os advogados do controle mínimo puderam indicar controles religiosos e éticos eficientes; se estes não existissem, um programa de *laissez-faire* teria levado o povo do país para outras agências controladoras possivelmente com resultados desastrosos. Do mesmo modo, em uma economia não-controlada, os preços, os salários, etc., estão livres para mudar como funções de variáveis que não são arranjadas por uma agência governamental; mas não são livres em nenhum outro sentido.

(72) Diversificação do controle. Uma solução particularmente óbvia é distribuir o controle do comportamento humano entre muitas agências que tenham tão pouco em comum que não seja provável que se juntem em uma unidade despótica. Em geral este é o argumento em favor da democracia e contra o totalitarismo. Em um estado totalitário todas as agências são colocadas sob o controle de uma única superagência. Uma religião do Estado se conforma com os princípios governamentais. Através da propriedade estatal a superagência adquire controle econômico completo. Usam-se escolas para apelar os procedimentos governamentais e para treinar homens e mulheres de acordo com as necessidades

do Estado, enquanto que a educação que poderia se opor ao programa governamental é evitada através do controle da palavra e da imprensa. Mesmo a Psicoterapia pode se tomar uma função do Estado, como na Alemanha nazista, onde, por não haver agências que se opusessem, foram adotadas medidas extremas.

(73) Na democracia há um cancelamento semelhante, mas muito mais importante, dos efeitos do controle; muitas vezes ao controle econômico se opõem as restrições educacionais e governamentais; muitas vezes a Psicoterapia se opõe ao controle religioso e governamental; com frequência há uma oposição entre governo e religião, etc. Até onde as forças que se opõem mantêm um certo equilíbrio, evita-se a exploração excessiva por qualquer das agências. Isso não significa que o controle nunca seja abusado. Os produtos do controle tendem a ser menos proeminentes quando é assim dividido, e nenhuma agência aumenta seu poder ao ponto de alarmar os membros do grupo. Disso não resulta, entretanto, que o controle diversificado faça mais que diversificar os produtos.

(74) Controle do controle. Em outra tentativa para resolver o problema do controle dá-se a uma agência governamental o poder de limitar na medida em que o controle é exercido por indivíduos ou por outras agências. A possibilidade de controlar os homens pela força, por exemplo, é por demais evidente. Um homem forte que governe pela força é um pequeno estado totalitário. Quando se distribui a força por muitos homens, as vantagens da diversificação se sucedem; há certo efeito de cancelamento, a exploração é menos conspícua, e a força do grupo não depende tão criticamente da continuação da força de um só homem. Mas se consegue certo progresso sobre a diversificação da força por um governo que funcione para “manter a paz” - para evitar tipo de controle pelo uso da força. Esse governo pode ser estendido a qualquer tipo de controle. Nas democracias modernas, por exemplo, não se permite ao homem que possui grande riqueza controlar o comportamento de todas as maneiras que de outra forma estariam abertas para ele. Não se permite ao educador que use controle à sua disposição para estabelecer certos tipos de comportamentos. Não se permite que a religião e a psicoterapia encorajem ou aceitem o comportamento ilegal. Restringe-se o controle pessoal dando ao indivíduo socorro contra “influências indevidas”.

### **Subtítulo: O destino do indivíduo**

(75) O pensamento ocidental tem dado atenção especial à importância e dignidade do indivíduo. As filosofias democráticas do governo, baseadas nos “direitos do homem”, têm asseverado que todos os indivíduos são iguais perante a lei, e que o bem-estar do indivíduo é o objetivo do governo. Em filosofias similares da religião, a piedade e a salvação têm sido deixadas ao próprio indivíduo, e não à agência

religiosa. A arte e a literatura democráticas têm dado ênfase ao indivíduo antes que ao tipo, e muitas vezes se têm preocupado com o crescente conhecimento do homem e com a compreensão de si mesmo. Muitas escolas de Psicoterapia aceitaram a filosofia de que o homem é o senhor de seu próprio destino. Na educação, no planejamento social, e em muitos outros campos, o bem-estar e a dignidade do indivíduo têm recebido a maior consideração.